

SETE DE SETEMBRO

AO comemorar a data histórica em que foi proclamada, há 135 anos, sua independência política, o povo brasileiro encontra-se empenhado mais uma vez numa luta decisiva pela libertação de nossa pátria. Este é o significado mais profundo do 7 de setembro, que hoje festejam todos os patriotas.

TENDO alcançado sua emancipação do domínio português, o Brasil caiu em seguida sob a dependência econômica e financeira das grandes potências capitalistas. Os países imperialistas integraram-no em seu sistema de exploração colonial, apoderando-se de suas riquezas e tornando-o presa da exploração insaciável dos monopólios. Contra esta situação de semicolônia a que foi reduzido nosso país é que se ergue a consciência nacional, exprimindo a necessidade inelutável do desenvolvimento da sociedade inelutável do desenvolvimento da sociedade brasileira. A questão que hoje ocupa o centro da vida política do país é a luta por uma política nacional independente da interferência imperialista, é a defesa da soberania nacional ameaçada pelo imperialismo norte-americano. Em torno deste problema se definem hoje as posições de cada cidadão, de cada corrente política.

NESTE 7 de setembro, a luta anticolonialista atinge em nosso país um nível superior em relação aos anos anteriores. Já não são apenas as idéias nacionalistas que fervilham nas escolas e nos quartéis, nos sindicatos e nas fábricas, nos jornais e nos órgãos administrativos. É o movimento nacionalista, com o caráter de uma frente única ampla e organizada, que ganha as ruas e intervém como fator político na vida nacional. «O movimento nacionalista — afirma Luiz Carlos Prestes em seu recente informe ao Comitê Central do P.C.B. — é expressão do grau de crescimento e de unidade daquelas forças que, na arena brasileira, se opõem ao imperialismo norte-americano. Constitui um fato novo, resultante de fatores objetivos, como o desenvolvimento do capitalismo dentro do país, fortalecendo as posições da burguesia nacional, e das lutas patrióticas de massas que se travaram durante muitos anos com a participação decisiva dos comunistas. Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia, a burguesia nacional e até mesmo setores de fazendeiros, que têm certas contradições com o imperialismo norte-americano».

OS comunistas estão nas primeiras filas do movimento nacionalista. Como patriotas consequentes e defensores da causa popular, sabem que o povo brasileiro não pode gozar de liberdade e bem-estar sem livrar-se do jugo dos monopólios e da intervenção americana em sua vida política, sem desenvolver de modo independente sua economia. Vanguardários dos interesses da classe operária, lutadores pelo progresso social, os comunistas compreendem que o domínio imperialista, ao lado do latifúndio semifeudal, é um dos maiores obstáculos que se erguem no caminho do desenvolvimento progressista do país.

PARTICIPANDO do movimento nacionalista, ombro a ombro com todos os patriotas de outras filiações políticas, os comunistas a ele dedicam o melhor de suas energias e de seu entusiasmo. Não há no momento tarefa mais importante para os comunistas do que impulsionar por todos os meios o movimento nacionalista, contribuindo para que adquira o caráter de um poderoso movimento de massas. Nenhum comunista pode estar fora da organização nacionalista de sua cidade. Ali onde não existem ainda organizações nacionalistas, os comunistas têm de contribuir, ao lado de patriotas de outras tendências, para o surgimento de núcleos da frente nacionalista, que contém com a adesão em massa de escolas e associações, sindicais e clubes, organizações e personalidades representativas de todos os setores patrióticos da população. No movimento nacionalista, os comunistas estão entre os patriotas mais ativos e abnegados, esforçando-se por unir em torno da bandeira comum da luta anticolonialista a todos os brasileiros, independente das suas diferenças sociais, partidárias ou ideológicas.

ADQUIRINDO o caráter de uma ampla frente única e pondo em marcha grandes massas, o movimento nacionalista pode derrotar a política do entreguismo e abrir caminho a uma nova política, nacionalista e democrática, em nosso país. A implantação dessa nova política será mais um marco histórico na luta pela libertação do povo brasileiro.

Cândido Portinari

É motivo de satisfação e orgulho para todos os patriotas brasileiros a inauguração no edifício sede da Organização das Nações Unidas dos famosos murais «Guerra e Paz». Seu monumental trabalho artístico honra a cultura brasileira e traduz os mais generosos sentimentos de nosso povo — seu amor à paz e à liberdade, suas aspirações de independência e progresso para o Brasil. Em nome dos comunistas brasileiros, congratulo-me com o grande artista, de todos conhecido e admirado, e felicito calorosamente o patriota e amigo por mais esta contribuição à causa da paz, fazendo votos de muita saúde de novos êxitos.

(a.) LUIS CARLOS PRESTES

VOZ OPERÁRIA

N.º 421 * RIO DE JANEIRO, 7 DE SETEMBRO DE 1957

O Trabalho de Direção E a Composição do Presidium E do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

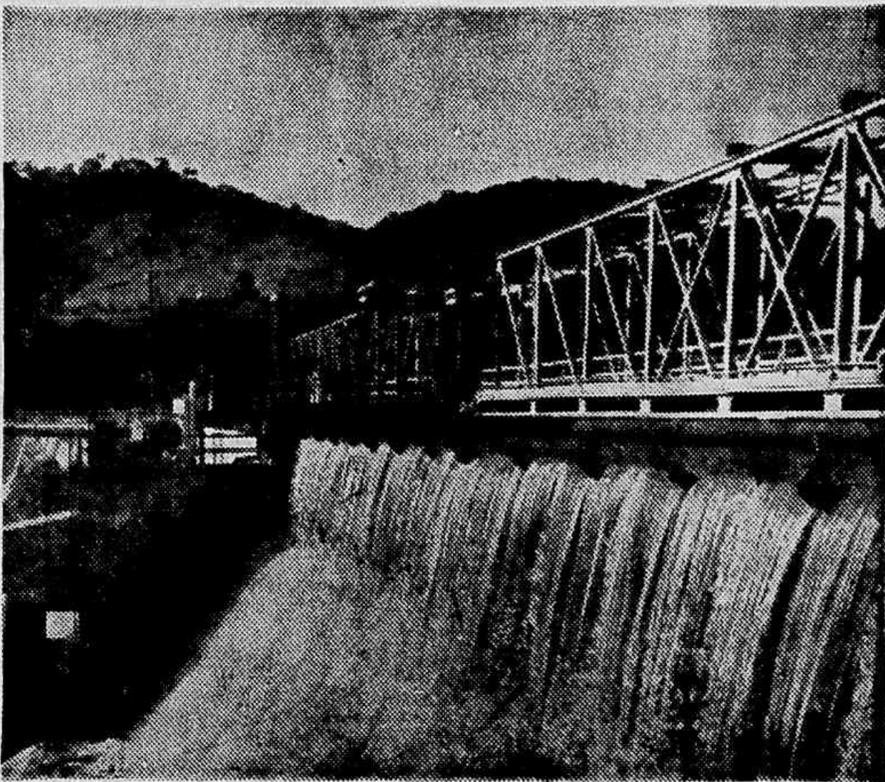
LUIZ CARLOS PRESTES

(TEXTO NA TERCEIRA PÁGINA)



Resolução do Comitê Central Do P. C. B. Sobre a Atividade Antipartidária de Agildo Barata

Texto na Quinta Página



O grave problema da energia elétrica, na ordem do dia do Movimento Nacionalista
(Texto na página central)



A Independência da Federação Malaia

Foi solenemente proclamada, a 31 de agosto último, a independência da Federação Malaia, pelo príncipe Tunku Abdul Rahman, primeiro ministro. Após a substituição da bandeira britânica pela bandeira malaia, no estádio da Liberdade, em Kuala Lumpur, capital do país, a considerável massa popular que assistia ao ato, avallada em mais de 40.000 pessoas, clamou sete vezes silbantes.

Não se trata ainda de completa independência política da Malaia, mas de simples reconhecimento da autonomia, dentro da «Commonwealth» («Comunidade») Britânica. O atual primeiro ministro tem sido defensor de uma política de conciliação com o imperialismo inglês e ativo perseguidor dos comunistas e do movimento democrático em geral. No entanto a proclamação da independência reflete a força crescente do movimento de libertação nacional, que se desenvolve no país há nove anos, resistindo com bravura às sucessivas tentativas do governo inglês de afogá-lo em sangue. O estatuto concedido à Federação Malaia é análogo ao de Ceilão e do recente Estado de Ghana.

A República Popular Chinesa foi o primeiro país a reconhecer a Federação Malaia como Estado independente. Dadas as condições existentes no país, e a evolução verificada no Ceilão, e que já se processa também em Ghana, pode-se prever que o novo Estado caminhará rapidamente para a adoção de uma política de paz e amizade com todas as nações, inclusive com os países socialistas, colocando-se decididamente ao lado das demais nações afro-asiáticas que se inspiram nos cinco princípios «Pancha-Sila» e nas decisões da Conferência de Bandung.

A cidade de Singapura e a Ilha em que está situada não estão incluídas na Federação Malaia, e continuam sendo colônia da coroa britânica.

COMUNICADO OFICIAL SOVIÉTICO SOBRE O PROJÉTIL INTERCONTINENTAL

Por sua extraordinária importância, reproduzimos a seguir, na íntegra, o comunicado oficial divulgado pela agência Tass a 26 de agosto de 1957:

—Moscou, 26 de agosto: — De acordo com o plano de trabalhos de investigações científicas realizadas com êxito, na U.R.S.S., as experiências com o projétil balístico intercontinental, e também fissões de armas nucleares e termo-nucleares.

Primeiro: Há alguns dias foi lançado um projétil balístico multibásico intercontinental, de grande raio de ação. As experiências com esse projétil se desenvolveram com êxito e confirmaram plenamente a exactidão dos cálculos e da construção. O voo do foguete deu-se a enorme altura, que até agora não havia sido alcançada. Depois de percorrer em pouco tempo uma enorme distância, o projétil caiu na zona prevista.

Os resultados obtidos mostram que existe a possibilidade de lançar foguetes a qualquer zona do globo terrestre. A solução do problema da criação de projéteis balísticos intercontinentais permite alcançar zonas longínquas, ser recorrer à aviação estratégica que, na atualidade, é vulnerável aos meios modernos de defesa aérea.

Levando em conta a imensa contribuição ao desenvolvimento da ciência e a grande importância desse avanço científico e técnico para robustecer a capacidade defensiva do Estado soviético, o Governo soviético exprime sua gratidão à numerosa coletividade de especialistas que participaram do projeto e da fabricação de foguetes balísticos intercontinentais e do conjunto de meios que asseguram o seu lançamento.

Segundo: — durante os últimos dias se realizaram na U.R.S.S. várias fissões de armas nucleares e termo-nucleares, de hidrogênio. Com o fim de garantir a segurança da população, essas fissões

se produziram a grande altitude. As experiências transcorreram com êxito.

Relativamente a essas provas, a Agência Tass foi autorizada a declarar: durante muitos anos se examina esterilmente, na ONU, o problema do desarmamento, inclusive da proibição das armas atômicas e de hidrogênio e da cessação de suas experiências. O Governo soviético, aplicando inalteravelmente uma política de paz, apresentou mais de uma vez proposições concretas sobre uma redução substancial das forças armadas e dos armamentos, negativamente, das potências que possuem armas atômicas e de hidrogênio, a cessação das experiências com essas armas, e outras medidas relacionadas com o problema do desarmamento. No entanto até agora as potências ocidentais não deram nenhum passo efetivo no terreno do desarmamento. Ao contrário, colocam toda classe de obstáculos para a consecução de um acordo em torno desse importantíssimo problema de nossa época. Como se sabe, os Estados Unidos e seus sócios não só se negam a proibir a arma atômica e de hidrogênio, como não desejam, de fato, chegar a um entendimento para a cessação incondicional e impostergável das provas com armas nucleares. Realizam ao mesmo tempo uma grande série de provas com essas armas. Em face dessa atitude tão evidentemente negativa, das potências ocidentais, e, antes de tudo, dos Estados Unidos, para uma solução favorável do problema do desarmamento, o Governo soviético se vê obrigado a adotar todas as medidas necessárias com o fim de garantir a segurança do Estado soviético.

Ao mesmo tempo, o Governo soviético continuará procurando com perseverança um acordo de cessação das experiências e de proibição das armas nucleares, e um acordo sobre o problema do desarmamento em seu conjunto, em cuja solução favorável estão interessados todos os povos do mundo.

CENTRAL ATÔMICA GIGANTE

Continua a União Soviética à frente de todas as nações no setor das aplicações industriais da energia nuclear. Coube à União Soviética a glória de pôr em funcionamento a primeira central elétrica atômica, há alguns anos. Notícia-se agora em Moscou que está em construção na U.R.S.S. a primeira central atômica de grandes proporções, com a potência de ... 420.000 kw. Essa central será equipada com dois reatores de 210.000 kw cada um, alimentados com urânio natural e urânio enriquecido.

Além disso está sendo construído nos estaleiros de Leningrado um poderoso quebra-gelos atômico de 16.000 toneladas, ao qual será dado o nome de Lênin. A potência da central atômica que alimentará os motores do navio será de 44.000 cavalos. O novo quebra-gelos poderá navegar durante um ano inteiro sem se reabastecer. Em lugar de toneladas de carvão ou óleo combustível, consumirá dezenas de gramas de «combustível nuclear». Poderá dar três vezes a volta do mundo, pelo equador, sem que se esgote esse combustível.

Outras centrais elétricas atômicas estão também sendo iniciadas. A potência das usinas elétricas atômicas da União Soviética atingirá em 1960 a um total de 2.000.000 a 2.500.000 de kw.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA

G. Plekhánov

Obras excepcionais

Sobre a Reunificação da Alemanha

A importância das próximas eleições na Alemanha Ocidental

O presidente da Câmara Popular da República Democrática Alemã, J. Dikman, falando ao correspondente da Rádio Moscou em Berlim fez as seguintes e importantes declarações sobre os caminhos para a reunificação da Alemanha:

Atualmente só há um caminho para a solução pacífica do problema alemão: a criação da Confederação Germânica. Para realizar esse objetivo deve ser convocado um Conselho Pan-germânico, com representantes de ambos os Parlamentos alemães. Ambos os Governos alemães poderiam e deveriam conceder a esse Conselho poderes eventuais para resolver conjuntamente problemas comuns como os de divisas (câmbio), transporte e outros problemas econômicos.

No curso desse processo ambos os Estados alemães se reuniriam em um Estado único.

O fato de que a U. R. S. S., tenha aceito sem reservas esta proposta significa uma contribuição importante, ao passo que o Governo Adenauer se esforça para impedir a reunificação da Alemanha. No entanto as suas intenções de fugir, na campanha eleitoral, a problemas tão sérios como o restabelecimento da unidade da Alemanha, o perigo da guerra atômica e da militarização da Alemanha Ocidental, fracassaram. Existem todas as possibilidades para que a maioria dos eleitores da Alemanha Ocidental rechacem cada vez com maior energia a política de Adenauer e mais tarde ou mais cedo elejam o parlamento e o governo que, também na Alemanha Ocidental, abram o caminho para a reunificação do país e para a criação de um Estado único, pacífico e democrático.

O plano de estabelecimento imediato de uma Confederação Germânica, abrangendo os dois atuais Estados alemães, ao qual se refere o sr. Dikman, foi apresentado a 27 de julho pelo Governo da República Democrática Alemã. A união dos dois estados alemães em uma Confederação se faria na base de um convênio jurídico e excluindo qualquer preponderância de um Estado sobre o outro. Nenhum dos dois Estados atuais procuraria impor o seu regime ao outro. As duas repúblicas alemãs, ao se unirem em Confederação, concordariam em proibir o fabrico ou o armazenamento de armas nucleares em seus territórios, e em retirar-se simultaneamente dos pactos da OTAN e de Varsóvia. Aboliriam o serviço militar obrigatório e pediriam a retirada gradual e simultânea, o mais rápido possível, das tropas estrangeiras que atualmente estacionam em seus territórios.

A Confederação, como aliança de Estados soberanos baseada no respeito ao regime interno de cada um, já existiu na própria tradição histórica da Alemanha, como por exemplo no período de 1815 e 1866. Não seria uma solução definitiva, mas apenas um primeiro passo, o único capaz de, nas condições atuais, conduzir à solução pacífica do problema alemão.

MENTIROSO O RELATÓRIO DA O.N.U. SOBRE A HUNGRIA

Declarações de Janos Kadar

O primeiro-ministro da Hungria, sr. Janos Kadar, condenou como mentiroso o relatório da ONU sobre os acontecimentos de outubro e novembro do ano passado. Falando pelo rádio no dia nacional da Hungria já havia o sr. Kadar declarado: «Os Estados Unidos desejariam incluir a Hungria no campo capitalista, e orientaram a maioria de que dispõe na ONU no sentido de realizar uma sessão da Assembleia Geral em torno de assuntos internos do país, o que está em contradição com a Carta da ONU».

«Essa tentativa de ingerência em nossos assuntos internos» disse ainda o sr. Kadar, «está condenada ao fracasso, do mesmo modo que fracassou o ataque de outubro». «Os imperialistas norte-americanos devem convencer-se de que gastaram milhões de dólares em vão, com programas de rádio e espões». «O atual governo húngaro é mais forte que há um ano, e qualquer tentativa contra-revolucionária seria esmagada».

Mais recentemente, durante as comemorações do «Dia dos Mineiros», o sr. Janos Kadar teve ocasião de afirmar essas declarações. «De modo

algun nos amedrontam os debates da Assembleia Geral. Os imperialistas não podem prejudicar-nos, porque si e pudessem já o teriam feito. Além de tudo juridicamente a razão está conosco». «Participaremos da discussão, que será muito viva, e saberemos defender a nossa causa».

Recordou ainda o sr. Kadar que os contra-revolucionários, ao mesmo tempo que afirmavam hipocritamente que consideravam todos os húngaros como irmãos, assassinavam seus irmãos comunistas. «Nós comunistas não dizemos que todos os húngaros são irmãos». «O cardeal Mindszenty, Maléter e Imre Nagy são húngaros, mas não são nossos irmãos». «Os operários, os mineiros, não são irmãos dos exploradores e de seus lacaios». «Eles são irmãos dos mineiros chineses, dos mineiros tchecos, dos trabalhadores do mundo inteiro».

Agora, na véspera do primeiro aniversário da contra-revolução na Hungria e da horrível semana do bestial terror branco fascista, desenvolve-se na Hungria e nos demais países uma campanha de esclarecimento e de protesto contra as projeções de

Crônica Internacional

Sérios Reveses da Doutrina Eisenhower

DEPOIS de alguns êxitos parciais no Líbano e na Jordânia, a doutrina Eisenhower teve seus primeiros reveses sérios por ocasião dos acontecimentos da Síria. Desistindo de enfrentar a firme resistência do Egito, os imperialistas norte-americanos tentaram repetir em Damasco o golpe de estado reacionário realizado algum tempo antes em Aman. O fracasso foi total, o que levou o governo de Washington a enviar às pressas o sub-secretário Henderson ao Oriente Médio. Em Istambul encontrou-se o sr. Henderson com os dois reis Hachemitas, do Iraque e da Jordânia. Em Ankara e Beirute entrevistou-se com os chefes do governo turco e do governo do Líbano.

Ao mesmo tempo falava-se em ação conjunta dos países do «pacto de Bagdad» e ensaiavam provocações os círculos reacionários de Israel. Uma repetição da tentativa de intimidação baseada em manobras da esquadra americana no Mediterrâneo foi logo desmoralizada, em vista da reação ativa do governo sírio. E aliás a presença de numerosos navios de guerra soviéticos no Mediterrâneo deve ter lembrado aos círculos belocistas dos Estados Unidos que aquele mar não é propriedade sua e não poderá mais ser utilizado impunemente como base de agressão aos povos árabes.

Em desespero, os imperialistas norte-americanos iniciaram então uma campanha de provocações e intrigas, visando a incompatibilizar a Síria com outras nações do Oriente Médio. Os slogans anticomunistas foram então largamente utilizados, acusando-se a Síria de ter-se transformado em «mero satélite da União Soviética». Desmentindo essa campanha, e inclusive rumores que circulavam sobre a sua própria pessoa, o presidente da Síria, sr. Chucrri Kwatli, de regresso do Egito, pronunciou incisivo

discurso, ao inaugurar a Quarta Feira Internacional de Damasco. «Pretendem que nos tornamos satélites da U.R.S.S.», disse o sr. Kwatli, «mas isso é falso». «Colaboramos com aquele país em pé de igualdade e em inteira liberdade». Nessa mesma ocasião o sr. Kwatli anunciou que pretende realizar uma visita de amizade à Bulgária, país com o qual a Síria mantém ativas relações comerciais.

O ministro da Economia da Síria, sr. Kalil Kelas, falando naquela solenidade, referiu-se à campanha do imperialismo visando a prejudicar a economia do país. «No entanto o Governo sírio cumpriu o seu dever e frustrou essa campanha». «Encontramos os mercados necessários aos nossos produtos agrícolas e conseguimos obter sem condições todo o auxílio de que tínhamos necessidade, dirigindo-nos à União Soviética».

Falharão portanto as manobras do sr. Henderson e demais agentes do imperialismo. Nova vitória conquistaram os povos árabes em sua luta pela independência nacional. E os fatos que acabamos de relatar mostram como foi importante para essa vitória a solidariedade e o apoio dos países socialistas, com a União Soviética à frente.

Os resultados da reunião da Liga Árabe, realizada a 3 do corrente, refletem esses reveses da doutrina Eisenhower. Apesar da participação de representantes dos governos reacionários do Iraque, do Líbano e da Jordânia, os países árabes decidiram unanimemente realizar na próxima Assembleia da ONU uma ação conjunta pela liberdade da Argélia, contra a intervenção inglesa em Oman, pela autodeterminação do povo de Chipre, e pela restituição de Irian (Nova Guiné) Ocidental à Indonésia.

O Trabalho de Direção e a Composição Do Presidium e do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

LUIZ CARLOS PRESTES

CANALISE do panorama mundial nos mostra que, nos últimos anos, vem se afirmando a tendência para um relativo alívio da tensão internacional. É certo que esta tendência abre caminho em meio a enormes dificuldades e que, em determinados momentos, tem sido detida em virtude das ações de agressão, de provocação e de atigamento da guerra fria por parte do imperialismo norte-americano e dos seus aliados. Daí, a necessidade constante de manter e incrementar a vigilância dos povos na luta pela paz. É indispensável, porém, compreender, a fim de adotar uma orientação justa diante dos problemas colocados à nossa frente, que as forças da paz, lideradas pela União Soviética e pelas democracias populares, têm provado ser suficientemente poderosas para desfazer os planos criminosos do imperialismo norte-americano e alcançar uma evolução da situação internacional favorável aos interesses dos povos. Confirmam-se, assim, as perspectivas abertas no XX Congresso do PCUS a respeito da coexistência pacífica entre Estados e sistemas sociais diferentes e das possibilidades de evitar a guerra mundial.

O alívio relativo da tensão internacional é o resultado da atuação de fatores objetivos e subjetivos, cuja influência cresce na arena internacional. O socialismo é hoje um sistema mundial, que cada vez mais se mostra capaz de superar os próprios erros e contradições internas, encontrando-se em manifesto ascenso e florescimento. Desagrega-se o sistema colonial do imperialismo e surge uma vasta zona de paz na Ásia, na Europa e na África. Também na América Latina, através de caminhos peculiares, o movimento de libertação nacional tem elevado o seu nível. Graças à existência de campo de socialismo e da atuação dos Partidos Comunistas e Operários, as idéias do socialismo, projetadas com tanto vigor pela grande Revolução de Outubro, adquiriram hoje um poder de atração verdadeiramente incomensurável sobre centenas de milhões de homens e mulheres da classe operária, do campesinato e da intelectualidade. A luta pela paz abrange setores sociais os mais diversos e já pesa de modo considerável na decisão dos acontecimentos.

Resaltamos os fatores positivos, que se incrementam na arena internacional, porém não olvidamos que eles atuam em aguda contraposição aos fatores negativos, que continuam a constituir uma fonte de graves ameaças. O que nos cumpre, porém, jamais perder de vista é que as circunstâncias no mundo atual são cada vez mais desfavoráveis aos objetivos do imperialismo norte-americano de alcançar o domínio mundial. Não é verdade que a base econômica do imperialismo continua a gerar a possibilidade de guerras, não é menos verdade que existem condições para impedir o desencadeamento de novas guerras.

É fato, camaradas, que festejamos o 40º aniversário da gloriosa Revolução de Outubro numa conjuntura favorável à causa do socialismo, que inspirou a obra imortal de Marx, Engels e Lênin.

O alívio da tensão internacional, até agora alcançado, se bem que limitado, pode ser mantido e acentuado, apesar dos recontros momentâneos ainda possíveis de ocorrer. Eis o que devemos levar em conta para compreender com acerto as tendências de desenvolvimento dentro de nosso próprio país.



TAMBÉM no Brasil as condições atuais são nitidamente favoráveis à ação das forças democráticas, em particular dos comunistas.

Aguça-se cada vez mais e amadurece o antagonismo entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro. A alta finança norte-americana amplia suas posições na economia brasileira, porém não está satisfeita com o que já alcançou. Exige o petróleo, os minerais atômicos e ainda maiores privilégios nos investimentos de capitais. Os círculos belicistas dos Estados Unidos obtiveram do governo do sr. Juscelino Kubitschek a criminosa concessão do arquipélago de Fernando de Noronha e, praticamente, estão montando o seu controle militar sobre todo o Nordeste brasileiro. Os militaristas norte-americanos pretendem, porém, a instalação de novas bases e a utilização de nossos aeródromos de norte a sul, para fins bélicos. É evidente que os interesses mais vitais do povo brasileiro se acham ameaçados pelo imperialismo norte-americano.

Com o aguçamento da contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro agrava-se a situação das massas trabalhadoras, aumentam os prejuízos da burguesia brasileira com a crescente concorrência imperialista, os entreguistas ameaçam golpear as liberdades democráticas e, nestas condições, cresce o descontentamento popular, desenvolve-se a luta em defesa dos interesses nacionais, amplia-se e aprofunda-se o ódio ao opressor norte-americano, eleva-se enfim a um novo nível a luta pela independência nacional, pela democracia e pelas reivindicações das massas.

São expressões principais desse ascenso e do novo nível atingido pela luta emancipadora do povo brasileiro a ação da classe operária, cada vez mais unida e organizada, assim como o surgimento e irradiação pelo país inteiro do movimento nacionalista, movimento de frente única de diferentes forças sociais, que traduz os mais profundos anseios do povo.

A classe operária é, hoje, uma força de primeira ordem no cenário político brasileiro. Elevou-se consideravelmente nos últimos anos o seu grau de organização sindical que foi posto à prova nas greves vitoriosamente realizadas em vários pontos do país. A pequena burguesia e a própria burguesia nacional ganham cada vez mais e apoio da classe operária, sem o

qual é impossível desenvolver seriamente qualquer movimento progressista e democrático em caráter de massas. Nestas condições, cada vez mais favoráveis ao desenvolvimento e à ampliação de movimentos democráticos, se nós, comunistas, soubermos atuar de maneira justa à frente das grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo, poderá a classe operária transformar-se em força hegemônica no curso dos acontecimentos políticos.

É indispensável, no entanto, que acabemos em nossas fileiras com a subestimação do trabalho entre os camponeses e que lutemos pela aplicação de uma linha política ampla e conseqüente, isenta do sectarismo que tanto nos prejudicou no passado e que nos permita desenvolver o movimento camponês construindo a aliança operário-camponesa, base da hegemonia do proletariado.

É indispensável também que tomemos plena consciência das condições favoráveis que possibilitam o aproveitamento da legalidade democrática em favor dos interesses de classe do proletariado.

O movimento nacionalista é expressão do grau de crescimento e de unidade daquelas forças que, na arena brasileira, se opõem ao imperialismo norte-americano. Constitui um



fato novo, resultante de fatores objetivos, como o desenvolvimento do capitalismo dentro do país, fortalecendo as posições da burguesia nacional, e das lutas patrióticas de massas que se travaram durante muitos anos com a participação decisiva dos comunistas. Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia, a burguesia nacional e até mesmo setores de fazendeiros, que têm certas contradições com o imperialismo norte-americano. São forças sociais extremamente heterogêneas que incluem politicamente desde os comunistas, lutadores conseqüentes pela transformação revolucionária do regime econômico social vigente, até aqueles que apenas desejam reformar esse regime. São, por isto, naturais e inevitáveis as divergências e as contradições dentro desse movimento, mas acima delas é possível manter e consolidar a unidade das forças sociais que o integram, tendo em vista a luta comum contra o imperialismo norte-americano. Movimento ainda em fase de organização, que surge com plataformas bastante variadas, é necessário tudo fazer para impulsioná-lo e para que ele se estruture firmemente em escala nacional. Os comunistas participam do movimento nacionalista com entusiasmo, nele devendo atuar com o máximo de espírito unitário e de sua já provada capacidade de trabalho.

Toda a situação nacional se caracteriza por uma polarização crescente entre as forças antiimperialistas, nacionalistas, e as forças do entreguismo e da reação. Esta polarização se verifica também dentro dos partidos das classes dominantes, defensores da política tradicional de submissão ao imperialismo, fazendo surgir alas nacionalistas que se contrapõem com maior ou menor decisão às alas ou setores entreguistas.

A polarização entre nacionalistas e entreguistas se verifica igualmente dentro do próprio governo do sr. Juscelino

COMUNICADO DO COMITÊ CENTRAL DO P.C.B.

Na segunda quinzena de agosto reuniu-se o Comitê Central do P. C. B. Da ordem-do-dia constaram o informe de Luiz Carlos Prestes sobre «O trabalho de direção e a composição do Presidium e do Secretariado do Comitê Central do P. C. B.» e a discussão sobre a atividade antipartidária de Agildo Barata.

O Comitê Central resolveu aprovar o informe apresentado, determinando sua leitura e discussão em todo o Partido. Foram aprovadas modificações no Presidium do Comitê Central e elegeu-se o Secretariado do Comitê Central.

Tendo em vista criar um novo estilo de trabalho de direção e levar à prática um efetivo trabalho coletivo, apoiado na sabedoria coletiva do Partido, o Comitê Central designou as seguintes comissões: uma para elaboração do projeto de documento sobre os métodos democráticos no trabalho de direção, outra para elaboração de um projeto de documento sobre a tática do Partido, tendo como centro a tática eleitoral, e uma outra para a realização do balanço da discussão travada no Partido com o lançamento do Projeto de Resolução em outubro de 1956.

O Comitê Central determinou o imediato funcionamento da comissão designada para a elaboração dos documentos que deverão ser discutidos no V Congresso do Partido.

Examinando a atividade antipartidária de Agildo Barata, o Comitê Central resolveu, nos termos do artigo 10 dos Estatutos, excluí-lo do Comitê Central e expulsá-lo das fileiras do Partido.

Após outras deliberações, foi encerrada a reunião do Comitê Central, na qual se revelou mais uma vez o espírito de unidade da direção e sua confiança nas forças do Partido.

Kubitschek. Governo marcado pela heterogeneidade, nele predominam os entreguistas, cuja orientação ainda prevalece em determinadas questões essenciais da ação econômica e política. É fora de dúvida, porém, que o setor nacionalista do governo se fortaleceu nos últimos meses e conseguiu, apoiado nas massas, impor algumas derrotas importantes ao imperialismo norte-americano.

Tudo isto nos mostra que existem amplíssimas possibilidades para desenvolver e fortalecer o movimento nacionalista e lutar contra o imperialismo norte-americano. Na conjuntura política atual, é possível defender e ampliar cada vez mais a legalidade democrática, assegurando as liberdades constitucionais sem discriminações e criando as condições para conquistar a legalidade do Partido Comunista.

Nesse processo de luta pela independência nacional e pela democracia tem uma importância fundamental a nossa participação mais decidida na campanha eleitoral que já está em curso. Daí, a necessidade imediata de superarmos quaisquer incompreensões de caráter sectário e abstencionista, que ainda existam em nossas fileiras, a respeito da importância das eleições como instrumento de luta política.

Isto nos mostra a urgência da elaboração de uma tática eleitoral acertada, tarefa de que o Comitê Central deve se incumbir tendo em vista os problemas imediatos da campanha já em curso para as eleições de 1958, bem como a perspectiva das eleições de 1960.

Camaradas!

Existem em nosso país condições favoráveis à luta por uma modificação imediata de caráter democrático e progressista na política interna e externa do Brasil. Fortalecendo cada vez mais o movimento operário, desenvolvendo o movimento camponês e convertendo o movimento de frente única nacionalista num amplo e poderoso movimento de massas, é possível derrotar a atual política antinacional e antipopular do governo e conquistar aquelas mudanças em sua composição e orientação que definam uma nova política, de sentido nacionalista e democrático.

Eis por que, precisamente em face dessas condições favoráveis, mais sentimos a precariedade da situação do Partido. Não somos espontaneístas e bem sabemos o quanto é indispensável a intervenção ativa do Partido no curso dos acontecimentos. Devemos, por isso, dedicar agora particular atenção ao exame da situação interna de nosso Partido.

II

NUMA situação política tão favorável, como a que atravessamos, há condições para que o Partido se coloque à frente das massas, leve sua palavra a todo o povo e exerça uma influência poderosa na vida do país.

Possibilidades tão grandes de êxito não estão sendo, porém, utilizadas efetivamente pelos comunistas, em vista da difícil situação interna que o Partido atravessa. Não é nas condições objetivas, que se desenvolvem num sentido favorável à nossa atividade, mas nos erros e defeitos do Partido, nas suas dificuldades internas, que devemos buscar as causas do nosso desligamento em relação às massas, da debilidade geral de nossa atuação política.

O Partido tem se atrasado em relação aos acontecimentos políticos, seus pronunciamentos são em geral tardios e não possibilitam, portanto, que os comunistas assumam a iniciativa na vida política. Há um evidente contraste entre as condições atuais, propícias a um avanço das forças patrióticas e democráticas, e a fraqueza do movimento de massas. O movimento nacionalista, por exemplo, se desenvolve em grande parte como uma ação de cúpula, sem que seja devidamente acompanhada por uma ampla mobilização de massas, capaz de dar-lhe maior conseqüência e caráter popular.

(CONTINUA NA PÁG. 8)

O TRABALHO DE DIREÇÃO E A COMPOSIÇÃO DO PRESIDUM E DO SECRETARIADO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 3)

Embora a situação permitida pela margem a uma ação mais ampla e aberta dos comunistas, à sua crescente ligação com as massas, ao aumento de sua influência e ao crescimento de suas fileiras, o que se verifica na realidade é que o Partido vive ainda na maior parte encerrado em si mesmo, não se multiplicam seus laços com as massas, sua influência não aumenta em proporção às necessidades e possibilidades. Em lugar de suas fileiras enriquecerem com novos combatentes, há uma queda nos seus efetivos e no seu nível. Índices demonstrativos dessa situação constituem o fato de que muitos comunistas se mantêm inativos, a atuação de nossa imprensa estagna ou mesmo se reduz, e em vários setores do Partido reina a passividade.

Entre os fenômenos que se observam na vida interna do Partido e se refletem diretamente em sua ação política, é necessário reconhecer a diminuição da autoridade e do prestigio do Presidium do Comitê Central. São numerosas as críticas aos dirigentes mais responsáveis do Partido pela sua omissão em face dos acontecimentos políticos e pelos erros na condução do debate que se travou em suas fileiras, sem falar no desencantamento reinante pela ausência de uma auto-crítica aprofundada dos erros cometidos no passado.

É certo que os males do Partido não são de hoje. Já em 1955 notávamos as dificuldades crescentes com que lutávamos para pôr em prática a linha aprovada pelo IV Congresso e ganhar as massas para as posições da classe operária. Constatando a debilidade da atuação política do Partido na campanha eleitoral e nos acontecimentos de novembro de 1955, mostrávamos no Informe de Janeiro de 1956 a necessidade de maior iniciativa por parte das bases. Até então não fora possível compreender as causas mais profundas de tal situação, ainda não estava claro que as raízes desses males consistiam em concepções e métodos errôneos, que afetavam todo o trabalho de direção do Partido.

O XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, veio trazer uma histórica contribuição ao movimento operário mundial. Suas teses desvendaram perspectivas que estimularam a luta dos comunistas no mundo inteiro. Uma contribuição inestimável do XX Congresso do PCUS foi a severa crítica de princípios a que submeteu o culto à personalidade e suas consequências. Os documentos do XX Congresso do PCUS, abordando questões que nos tocavam de perto, vieram suscitar, como era perfeitamente natural, um vivo debate em nossas fileiras.

Indiscutivelmente, o debate que travamos sobre tais questões teve aspectos altamente positivos para o desenvolvimento do Partido. Conduziu na prática à aplicação mais efetiva do princípio da democracia interna, possibilitando que todos os comunistas opinassem sobre problemas fundamentais da linha política e da organização do Partido. Surgiram, no curso das discussões, ao lado de teses falsas, opiniões justas e construtivas sobre várias questões. Começou a se formar no Partido um clima favorável ao exercício amplo e livre da crítica, sobretudo da crítica vinda de baixo, que anteriormente era sufocada pela excessiva centralização e pelos métodos mandonistas predominantes em nosso trabalho de direção. Foram submetidos à crítica, embora muitas vezes sem o necessário equilíbrio e clareza, os erros de caráter dogmático e sectário que entravavam a ação política e prejudicavam a construção do Partido. O Partido ganhou, assim, com o debate, uma compreensão maior dos seus erros e defeitos, o que constitui uma etapa necessária no caminho da sua correção.

Na discussão travada em nossas fileiras surgiram, porém, ao lado das críticas justas e positivas, tendências francamente revisionistas e posições antipartidárias. Desorientados com a revelação dos erros ligados ao culto da personalidade de Stalin e com a discussão travada no seio do movimento comunista mundial, sensíveis à influência da ideologia burguesa e à pressão da propaganda imperialista, alguns membros do Partido caíram em posições contrárias aos princípios marxistas-leninistas. Tanto nas discussões realizadas nos organismos do Partido como no debate público pela imprensa, manifestaram-se concepções anti-soviéticas, opostas ao princípio do internacionalismo proletário. Ideias de natureza abertamente nacional reformista foram também externadas em relação com a análise da situação política brasileira e com os problemas da tática do Partido. Surgiram tendências a negar princípios básicos da teoria revolucionária do proletariado, como a hegemonia do proletariado e a necessidade da existência do Partido Comunista. As tendências revisionistas adquiriram realmente um caráter grave, porque se manifestaram de modo evidente até mesmo entre membros do Comitê Central e dirigentes mais responsáveis do Partido.

Brotaram, por fim, no terreno da organização do Partido, concepções ultrademocráticas que levaram numerosos camaradas a atos de indisciplina, contrários à unidade das fileiras partidárias. Alguns dos camaradas portadores dessas tendências, no curso dos debates, passaram do campo das divergências para o da luta fracionista aberta e caíram no atoleiro das atividades antipartidárias. Este é precisamente o caso de Agildo Barata e do pequeno grupo que o segue.

O aparecimento dessas tendências, sobretudo quando elas passaram a inspirar atividades de caráter fracionista, preocupou seriamente a direção do Partido. Concentramos então nossos esforços na luta em defesa do Partido e da sua unidade, dirigimos nossa atenção para o combate às atividades fracionistas. Graças à posição firme que assumimos em defesa dos princípios do Partido e de sua unidade, foi possível isolar o pequeno grupo fracionista e impedir que causasse maiores prejuízos ao Partido.

Na condução do debate e da luta interna continuamos, porém, a cometer graves erros que mantiveram e mantêm o Partido numa situação difícil. Realmente, não fomos capazes de levar os debates ao estágio de encontrar as justas conclusões baseadas nos princípios marxistas-leninistas e no método da realidade brasileira, para os problemas em discussão. A maioria dos membros do Comitê Central, principalmente os dirigentes mais responsáveis, emitiu-se do debate pela imprensa. Em alguns casos, ao invés de travar a luta interna no terreno ideológico, procurando ganhar o maior número possível de camaradas equivocados para posições partidárias, recorremos a medidas puramente administrativas e a métodos coercitivos que provocaram protestos de muitos companheiros e facilitaram o trabalho dos elementos fracionistas contra a unidade do Partido.

Honestamente preocupados com a defesa da unidade do Partido, ameaçada pela indisciplina e por atitudes antipartidárias, não soube empunhar com a necessária decisão a bandeira da correção dos erros já revelados e reconhecidos. Se bem que iniciado o processo crítico e autocrítico, já apontados e reconhecidos muitos de nossos erros no terreno político, ideológico e organizativo, não fomos consequentes na luta por corrigidos e na luta pelo desenvolvimento da democracia interna. Vacilamos e, por vezes, voltamos às velhas práticas já condenadas, tentando impor nossas opiniões e decisões. Mantivemos, deste modo, aferrados às velhas posições sectárias e dogmáticas, que vêm ocasionando graves prejuízos ao Partido.

Com a reunião do Comitê Central em abril deste ano e as resoluções ali aprovadas, não conseguimos modificar esta situação. A resolução política visava dar ao Partido indicações para a atividade política imediata, alcançando neste sentido, alguns resultados positivos. Não abordou, todavia, os problemas fundamentais de nossa política, sem cuja solução o Partido não terá clareza necessária em sua atividade junto às massas. Quanto à resolução sobre unidade, foi um instrumento importante para coesionar o Partido e levar à derrota o grupo fracionista. Faltou, porém, à resolução o necessário espírito autocrítico, uma vez que não enfrentou o problema da correção dos erros de caráter sectário e dogmático que vinham dificultando a atividade do Partido e que haviam dado motivo à abertura dos debates pelo Comitê Central.

Em consequência de tais deficiências, após a reunião de abril acentuou-se a inércia da direção do Partido, agravou-se sua omissão em face dos problemas políticos e práticos. Nestas condições, não nos foi possível realizar o balanço da discussão e encaminhar a preparação dos documentos para o V Congresso do Partido. Apesar das repetidas promessas e das crescentes exigências procedentes de todos os setores do Partido, não foram efetivamente modificados os métodos de direção.

Chegamos, assim, a uma situação difícil e que exige medidas imediatas por parte do Comitê Central.

A maioria esmagadora dos militantes defende com firmeza a unidade do Partido e manifesta seu apoio à direção na luta contra o fracionismo. No entanto, o fato de que não se encaminhou de modo justo a luta interna e a ausência de atos concretos da direção do Partido, que demonstrem o desejo de corrigir os erros do passado, levam à existência de fenômenos mais sérios, à formação de grupos de descontentes, ao crescimento dos casos de indisciplina e às manifestações de liberalismo. Não são poucos os camaradas que, embora se mantendo em posição de defesa da unidade do Partido e de acatamento à disciplina partidária, assumem uma atitude de expectativa e praticamente nada fazem. Muitos companheiros, incluindo-se entre eles militantes e dirigentes de organizações do Partido, afirmam já sua descrença de que o atual Presidium seja apto a levar a cabo o processo autocrítico iniciado após o XX Congresso do PCUS e a preparar, em bases democráticas, o V Congresso de nosso Partido.

Camaradas!

Esta é, em traços gerais, a situação que nos cabe enfrentar. Como solucionar tais problemas, tendo sempre em vista os interesses do Partido e da classe operária?

Estamos hoje convencidos de que seria um grave erro prosseguir pelo caminho até agora trilhado. Não podemos continuar protelando a correção dos defeitos já reconhecidos. Se não enfrentarmos corajosamente os erros e debilidades existentes no Partido, se não formos capazes de inspirar confiança ao Partido e ao povo, se não tomarmos as medidas necessárias para que os comunistas intensifiquem sua atuação política, nosso Partido se irá reduzindo a uma pequena seita desligada das massas.

Constitui tarefa atual e inadiável, relacionada com a própria sobrevivência de nosso Partido como vanguarda revolucionária do proletariado, a luta inconciliável contra as tendências revisionistas. Não é, porém, apegando-nos a posições sectárias e dogmáticas, que poderemos enfrentar o revisionismo e derrotá-lo. Para rebater o revisionismo que tende a negar os princípios e as leis fundamentais do marxismo-leninismo, é necessário não apenas reafirmar os princípios mas, antes de tudo, considerar os fatos que servem de base ao revisionismo. Será esta a maneira de destruir as suas bases falsas e de deduzir da polémica a linha geral do desenvolvimento. Esta a atitude científica porque contrária ao dogmatismo. Para este, o principal e permanente é a defesa cega do que já está consagrado, negando-se a tomar em consideração o novo. Precisamos, no entanto, suprimir todo dogmatismo, toda separação da teoria da prática, abrir a mente às novas realidades e saber valorizar todas as opiniões, venham de onde vierem. Isto não significa nenhuma tolerância de tipo oportunista, porque a defesa de nossos princípios e de nossos objetivos revolucionários está colocada no centro irremovível de uma atitude firme e intransigente.

Precisamos reconhecer o que há de novo na situação atual do mundo e de nosso país, aprofundar a análise dos erros e defeitos já antigos em nosso trabalho, e não temer realizar as modificações necessárias que conduzam ao fortalecimento de nosso Partido e de sua ação entre as massas. É urgente, pois, que nos empenhemos com audácia na solução dos problemas políticos e ideológicos com que nos defrontamos, e passemos efetivamente, na prática, à correção dos erros já reconhecidos, especialmente nos métodos de trabalho e direção.

O quadro da situação revela claramente a existência de uma séria contradição entre a direção e as bases do Partido, e tal contradição tende a agravar-se, à medida que os problemas não são solucionados. Diante do estado de coisas existente em nosso Partido, as questões que se acumulam não podem ser resolvidas sem um passo inicial capaz de revelar a todo o Partido que saímos efetivamente do terreno das palavras e das promessas para realizar mudanças concretas, compreensíveis e sensíveis a todos os militantes.

Já não basta romper em palavras com a burocratização do Comitê Central ao Presidium e com os métodos rotineiros e burocráticos de direção. É necessário que o Comitê Central tome efetivamente a direção do Partido em suas mãos, recompondo o Presidium de maneira a constituir um organismo efetivamente subordinado ao C. C. e do qual dêem de participar aqueles camaradas mais diretamente com-

prometidos por sua insistência nas concepções e métodos errôneos.

Em vista disso, propomos algumas medidas já sugeridas que a seguir apresentamos e justificamos.

II



Luta Interna e Reorganização da Direção

APÓS o XX Congresso do PCUS e no curso da discussão que se processa no seio do Partido foram reveladas muitas contradições, que se acumularam em nossas fileiras. É necessário enfrentar e superar estas contradições, procurando sempre distinguir as principais das secundárias. Pensamos que, no curso da luta interna, uma contradição se revelou mais forte do que todas as outras — a contradição entre a direção e a base do Partido. Para tirar o Partido das grandes dificuldades em que hoje se encontra, o primeiro passo consiste, por isso mesmo, em restabelecer a confiança e a autoridade indispensáveis à direção. Esta é a primeira tarefa que aqui nos cabe resolver.

A responsabilidade por toda a situação existente no Partido e na direção, antes do pleno de agosto de 1956, recai sobre o Comitê Central. É o que devemos reconhecer. Mas é fora de dúvida que a principal responsabilidade recai sobre o Presidium, que absorvia as funções do Comitê Central, como declarou o projeto de resolução de outubro de 1956. A situação criada no processo da luta interna que vem se travando a partir de meados do ano passado, também é da responsabilidade do Comitê Central, mas principalmente do seu Presidium.

Apesar das severas críticas que lhes foram dirigidas pelos mais diversos setores do Partido, o Presidium conservou a mesma composição de muitos anos atrás. Agora se coloca, de modo inadiável, o problema de examinar se esta composição ainda permanece em correspondência com os interesses do Partido. Não se trata de ajuste de contas nem de retaliações pessoais, mas de uma questão de princípios. Constatamos que existem sérias dificuldades no seio do Partido e que é indissociável a necessidade de modificar a sua direção. Nessas circunstâncias, para todos aqueles que desejam superar as dificuldades existentes no Partido, a questão das modificações imediatas na composição do Presidium adquire o relevo de uma questão de princípios.

Figuram no atual Presidium alguns camaradas mais comprometidos com as concepções e os métodos do ultracentralismo e do mandonismo, que tanto temos criticado. A prática já demonstrou que o atual Presidium não foi capaz de se transformar numa direção verdadeiramente coletiva. Perdeu a sua tendência a se sobrepor ao Comitê Central e a tutelá-lo, quando é o Comitê Central, de acordo com os Estatutos, o supremo órgão dirigente, no intervalo entre os congressos. O atual Presidium não conseguiu criar — como é extremamente necessário — um clima sadio de democracia interna combinada ao centralismo. O trabalho operativo da direção vem se realizando com deficiências gritantes. E, se é certo, enfim, que alguns membros do Presidium foram os portadores mais destacados das idéias revisionistas que afloraram com força no pleno de agosto de 1956, é igualmente verdade que a linha dogmática, sectária e mandonista, que forma um corpo de concepções e métodos estranhos ao marxismo-leninismo, é a dominante que se cristalizou em todos os membros do Presidium e vem até agora dificultando a correção dos erros já reconhecidos e proclamados. Já estão alguns elementos de uma auto-crítica que precisamos aprofundar com a ajuda crítica do Comitê Central e de todo o Partido. No curso do balanço autocrítico a ser realizado pelo Comitê Central, serão analisadas as diferenças nas posições de cada um durante o período em que foram membros do Presidium.

Em face de tudo isto, a fim de desenvolver a atividade do Partido e realizar com êxito, em bases democráticas, o seu V Congresso, é urgente uma solução política e esta se encontra na recomposição do Presidium de um ponto de vista de princípios e de acordo com os interesses do Partido.

Esta reorganização, segundo pensamos, deve ser feita com o afastamento dos camaradas que, apesar de seus méritos e das suas possibilidades de auto-crítica, mais estão comprometidos com os erros do passado e do presente. Estes camaradas deverão ser substituídos por outros que sejam capazes de fazer do Presidium o que ele precisa ser: o órgão executivo do Comitê Central, inteiramente subordinado às suas decisões e ao seu controle. O Partido necessita com urgência de uma direção que modifique o presente estado de coisas, tirando o Partido da relativa estagnação em que se encontra.



Um Novo Estilo no Trabalho de Direção

UMA vez reorganizado o Presidium surgirão melhores condições para colocar nas mãos do Comitê Central, do fato e não de palavras, a direção suprema do Partido até o próximo Congresso. Abriremos, assim, um novo estilo de trabalho de direção, em geral, que deve ter por base a efetiva prática do trabalho coletivo apoiado na sabedoria coletiva do Partido.

Para que o Comitê Central possa apoiar na sabedoria coletiva do Partido é necessário estimular a circulação das idéias em todos os escalões do Partido, criando um clima em que a divergência e a luta de opiniões seja possível, dentro das normas estatutárias, sem discriminações, visando a pesquisa da verdade. Somente assim é que a unidade do Partido será efetiva e não formal, partindo-se sempre da unidade já alcançada, através da luta de opiniões, da crítica e da auto-crítica, dos confrontos das tendências à luz da prática e da teoria, para uma unidade em nível mais elevado.

Um novo e justo estilo de trabalho de direção significa melhorar suas relações com as bases e com as massas. Isto exige medidas imediatas para descentralizar o trabalho prático, transferindo às bases a atividade partidária fundamental, conferindo-lhes a indispensável autonomia e estimulando ao máximo o seu espírito de iniciativa.

(CONTINUA NA PÁG. 4)

RESOLUÇÃO DO COMITÊ CENTRAL DO P. C. B. SOBRE A ATIVIDADE ANTIPARTIDÁRIA DE AGILDO BARATA

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, depois de examinar e discutir a atividade antipartidária de Agildo Barata e sua deserção das fileiras do Partido, adota a seguinte resolução.

1 — O Comitê Central considera que Agildo Barata se colocou contra a teoria marxista-leninista, o princípio do internacionalismo proletário e os Estatutos do Partido. Em sua atividade antipartidária ocupava lugar de destaque a campanha contra a União Soviética e o Partido Comunista da União Soviética. Difundia boatos e calúnias contra a direção do Partido, tentando com isto abalar a autoridade do Comitê Central. Combatia os princípios leninistas de organização do Partido e se manifestava contra a existência do Partido marxista da classe operária. Falsando as denúncias do XX Congresso do P. C. U. S., sobre o culto à personalidade de Stálin e suas consequências e explorando a necessidade da luta contra os erros dogmáticos e sectários em nosso Partido — já assinalados no Projeto de Resolução do Comitê Central — iniciou uma insidiosa atividade antipartidária e fracionista. Agildo Barata procurava enganar o Partido, mascarando sua atividade fracionista com declarações públicas e em reuniões partidárias de que respeitava e defendia a unidade do Partido em torno do Comitê Central. Na reunião de abril deste ano do Comitê Central, quando sua atuação antipartidária foi discutida com a sua participação, respeitados rigorosamente seus direitos, ainda uma vez tentou iludir o Partido. Ante a condenação unânime pelo Comitê Central de sua atividade antipartidária, prevalecendo-se da posição do Comitê Central que o convidava, dentro do pleno respeito às suas opiniões divergentes, a renunciar ao perigoso caminho por onde enveredara, procurou ganhar tempo para prosseguir em seu trabalho contra o Partido. Com esse fim, redigiu e leu na reunião do Comitê Central um artigo onde fazia declarações categóricas em defesa da unidade partidária. Entretanto, após essa reunião do Comitê Central, negou-se a publicar o artigo, fugiu a qualquer contato com o Partido e intensificou sua atividade fracionista.

Desmascarado em sua atuação antipartidária, impotente ante a unidade do Partido, Agildo Barata desertou do Partido e enveredou pelo caminho do divisionismo, chefiando um grupo antipartidário.

Procura Agildo Barata justificar sua deserção com o pretexto de que no Partido não tinha ambiente para discutir e defender idéias. A verdade, porém, é que desde setembro de 1956 até abril de 1957, discutiu livremente todas as questões, bem como defendeu publicamente suas opiniões. Sua deserção prende-se à impossibilidade de impor ao Partido suas teses e concepções que visam a liquidar o Partido, desviar o proletariado do caminho de uma política independente e de classe e abalar a solidariedade de nosso Partido para com os Partidos Comunistas e Operários de outros países.

A atividade desagregadora de Agildo Barata se caracteriza, também, pela luta sem princípios, pela difusão de mentiras e calúnias contra o Partido e sua direção.

Assim, Agildo Barata coloca-se fora do Partido, nas fileiras dos que combatem o Partido e seguem uma orientação tipicamente burguesa.

2 — O surgimento da atividade antipartidária está relacionada com a influência das ideologias estranhas aos interesses de classe do proletariado dentro do Partido. Este não está isolado na sociedade em que atua e sofre a pressão ideológica das diferentes classes e camadas sociais não proletárias. Ao nosso Partido afluem numerosos elementos provenientes da pequena burguesia urbana. Este fato é altamente positivo para o movimento revolucionário do Brasil, uma vez que facilita ao Partido desenvolver sua atividade entre as camadas médias da população. Mas, tais elementos, ao ingressarem no Partido, trazem consigo concepções e idéias estranhas à ideologia do proletariado. O Partido, ao mesmo tempo que procura recrutar os elementos mais capazes, honestos e combativos da pequena burguesia urbana,

trava a luta ideológica contra suas concepções falsas, para torná-los defensores firmes e conscientes das posições de classe do proletariado. Muitos militantes de origem não proletária tornam-se fiéis e dedicados servidores do Partido. Como esta luta ideológica não tem sido realizada de modo satisfatório em nosso Partido, alguns elementos vindos da pequena burguesia, embora desejem a vitória da revolução, permanecem com suas idéias errôneas e não modificam suas concepções. Quando se aguça a luta de classes, ou surgem dificuldades na atuação do Partido, levantam teses falsas, procuram desviar o Partido da política independente de classe e podem enveredar pelo caminho da atividade antipartidária.

Agildo Barata, oriundo do movimento tenentista, onde teve ativa participação, nele formou suas concepções sobre a política e a sociedade brasileira. Apesar disto, o Comitê Central, levando em conta sua participação destacada na insurreição de 1935, e o seu desejo de lutar nas fileiras do Partido, decidiu em 1945 cooptá-lo como um de seus membros, para ajudá-lo em sua formação como comunista. Posteriormente foi eleito para o Comitê Central pelo IV Congresso do Partido. No entanto, Agildo Barata conservou suas idéias e concepções errôneas.

As denúncias do XX Congresso do P. C. U. S., sobre o culto à personalidade de Stálin e suas consequências e os acontecimentos que se verificaram no movimento comunista mundial fizeram com que as idéias e concepções antimarxistas de Agildo Barata aflorassem com virulência e servissem de justificativa para a atividade antipartidária e divisionista. Diante da campanha ideológica realizada pelos imperialistas contra a União Soviética e o movimento comunista mundial, visando a romper os laços de solidariedade que une os trabalhadores de todos os países e cindir os Partidos Comunistas, Agildo Barata capitulou a essa pressão ideológica, não soube se colocar numa posição de classe do proletariado e acabou por enveredar pelo caminho do divisionismo.

Por outro lado, nas últimas décadas vem se intensificando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e a burguesia nacional assume uma posição cada dia mais ativa na vida política do país, apresentando soluções de acordo com os seus interesses, muitas das quais coincidem, na atual etapa da revolução, com os interesses do proletariado. A burguesia nacional é uma das forças que pôde e deve participar da ampla frente única patriótica e democrática para a luta contra o inimigo principal de nosso povo — o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Os comunistas são, portanto, partidários da aliança com a burguesia nacional na luta em defesa da independência nacional. A pretexto de realizar esta aliança, porém, Agildo Barata prega o abandono dos princípios do marxismo-leninismo, dissocia o caráter antimperialista da revolução brasileira na presente etapa de seu caráter agrário antifeudal, renuncia à hegemonia do proletariado e à aliança operário-camponesa e propõe liquidar o Partido da classe operária com a sua dissolução dentro da frente única. A posição de Agildo Barata é uma posição abertamente oportunista e liquidacionista, que nada tem em comum com os interesses da classe operária. Ao participar da frente única contra o inimigo comum, o Partido Comunista não renuncia aos seus objetivos revolucionários, à sua ideologia e a sua ação independente.

Para resguardar o Partido das idéias não proletárias que o assediavam, é necessário realizar permanentemente a luta ideológica, como condição básica para manter no Partido a unidade em torno dos princípios marxistas-leninistas.

3 — O Comitê Central do P. C. B., face à atividade divisionista de Agildo Barata e à sua deserção do Partido, decide excluí-lo do Comitê Central e expulsá-lo dos quadros partidários, e submeterá esta decisão ao V Congresso do Partido.

A expulsão de Agildo Barata é determinada exclusivamente por sua atividade antipartidária e divisionista e não

pelas teses e concepções falsas que defende. Suas teses ele as defendeu livremente em organismos do Partido e publicamente.

Não é lícito confundir discordância com trabalho fracionista. As divergências são legítimas e devergir é um direito inalienável de todo militante. Há, por exemplo, camaradas que têm algumas divergências dentro do Partido. Mas é profunda a diferença entre defender teses, sejam elas certas ou erradas, e exercer uma atuação divisionista. Se os camaradas estão equivocados, travamos com eles firme luta ideológica, sem concessões de princípio, e mostramos pela persuasão a falsidade de suas idéias. Mas não fazemos, de modo algum, discriminações em relação a eles, nem tomamos quaisquer medidas orgânicas desde que se submetam à disciplina partidária. Neste sentido, o Comitê Central chama a atenção de todas as organizações do Partido para a necessidade de evitar qualquer exagero na aplicação de medidas disciplinares com a os militantes que se deixaram iludir por Agildo Barata, mas ainda têm possibilidade de corrigir, agora ou no futuro, sua posição. Devemos combater suas posições errôneas com paciência e compreensão, chamando-os a participar do trabalho do Partido.

É necessário desenvolver mais e mais a democracia interna no Partido, corrigindo os métodos errôneos de trabalho e de direção, liquidando com o excessivo centralismo das direções e mobilizando o conjunto do Partido na elaboração de sua política e na execução de suas tarefas. A democracia interna precisa penetrar em todos os aspectos da vida partidária, com a estrita observância dos Estatutos, pela atividade normal e sem entraves dos organismos e pelo cumprimento efetivo de suas decisões. É preciso melhorar o ambiente, que começa a ser criado no Partido, favorável à aplicação do método da crítica e da autocritica. Em que pese o pequeno progresso alcançado neste terreno, é necessário estimular e levar em conta a crítica das bases, dos organismos intermediários e do conjunto do Partido. A crítica é um direito que assiste a todo militante, é uma prerrogativa que emana de sua condição de membro do Partido e, de nenhum modo, é uma concessão das direções. A crítica é uma exigência do desenvolvimento do Partido e está relacionada com a consciência revolucionária de cada comunista. Somente ele pôde julgar da oportunidade da crítica que tenha a apresentar. Deste modo combateremos com maior eficiência o que está errado e mais facilmente faremos no Partido as correções que se impõem.

4 — A ação fracionista de Agildo Barata foi, em certa medida, favorecida pela falta de um combate sistemático às tendências revisionistas e oportunistas que constituem a base ideológica da atividade antipartidária. O fato também de não terem sido enfrentadas a tempo, de maneira convincente, questões importantes sobre a linha política, a tática e o programa, e a atividade do Partido no campo, entre a juventude, a intelectualidade, etc., determinou descontentamentos e incompreensões que possibilitaram o livre curso em nossas fileiras de opiniões errôneas e malças. De tudo isto se aproveitou Agildo Barata para realizar sua atividade antipartidária e grupista.

Simultaneamente com a luta contra o fracionismo é indispensável impulsionar a luta pela correção de nossos erros já criticados pelo Partido. É preciso combater as manifestações de caráter dogmático que nos levam a posições sectárias no trabalho de massas e na atuação política. A luta contra o dogmatismo em nosso meio está indissolúvelmente ligada ao combate ao radicalismo pequeno burguês, à fração revolucionária, à tendência de querer desencadear lutas a qualquer preço e de lançar palavras-de-ordem de ação imediata muito acima da compreensão das massas e de sua capacidade para realizá-las.

É necessário desmascarar no terreno ideológico e político as tendências revisionistas e reformistas que ultimamente afluem com grande força. Sob a bandeira da revisão do marxismo-leninismo, surgiu a defesa de um pretenso «marxismo brasileiro» e das teses do chamado «comunismo nacional». Com isto procura-se liquidar o Partido marxista da classe operária, negar o papel dirigente do proletariado, golpear o princípio do internacionalismo proletário. A luta ideológica desempenha hoje um papel fundamental.

É indispensável travar uma luta consequente contra as tendências revisionistas e dogmáticas, defendendo em cada caso concreto o marxismo-leninismo e lutando por sua aplicação criadora à realidade brasileira.

Ao travarmos uma justa luta ideológica para superar as tendências errôneas e colocar o Partido à altura da presente situação, devemos ao mesmo tempo nos voltar para as massas, fonte dos êxitos e da força do Partido. A ju-

(CONCLUI NA PÁG. 8)

O TRABALHO DA DIREÇÃO E A COMPOSIÇÃO DO PRESIDUM E DO SECRETARIADO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

(CONCLUSÃO DA PÁG. 4)

A fim de que isto seja levado à prática, propomos a designação de uma comissão do Comitê Central com a incumbência de elaborar no prazo de 60 dias um projeto de documento sobre os métodos democráticos no trabalho de direção, documento que deverá ser submetido à apreciação de todo o Partido.

3. Elaboração da Tática do Partido, Tendo como Centro a Tática Eleitoral.

PROPOSTAMOS apoiar a elaboração da tática no estudo da realidade concreta de nosso país. Devemos, pois, tomar como ponto de partida o estudo das transformações de infraestrutura e de superestrutura que se operam no país, especialmente nos últimos anos. Devemos colocar-nos contra ou a favor de tais transformações? Se nos colocamos a favor, como deveremos atuar no sentido de conduzi-las a um caminho condizente com os interesses da classe operária e da nação? Como procederemos para que tais transformações se orientem no sentido de tornar mais próximos os objetivos da revolução democrática popular e do desenvolvimento ulterior para o socialismo? Eis algumas questões candentes que exigem resposta a fim de que tenhamos clareza no terreno da tática.

Proporho que seja acelerada a elaboração de um projeto de documento sobre tática do Partido, tendo como centro a tática do Partido para a campanha eleitoral já praticamente iniciada e levando em conta, igualmente, a perspecti-

va das eleições de 1960. Neste documento deve ser previsto tudo que se relacione com a tática, desde as formas de luta e de organização, a caracterização da frente única, o problema do poder político, o tipo de governo que devemos ter como objetivo.

4. Balanço da Discussão e Convocação do V Congresso.

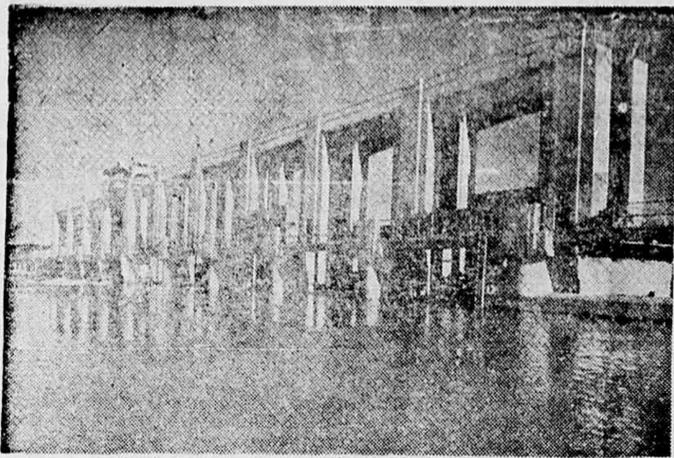
Já nos referimos à contradição interna, não superada, entre a direção e a base do Partido ou, mais precisamente, entre o Presidium e a base do Partido. Esta contradição tende a agravar-se, porque as numerosas questões levantadas não foram ainda efetivamente solucionadas. Em boa parte, continuamos no terreno das palavras e das promessas. A crítica e a autocritica iniciam-se com a consciência ou o reconhecimento dos erros, mas estes devem ser corrigidos de maneira prática. Sem isto, em vez de superar as contradições elas se agravam. Desde a publicação do projeto de resolução iniciamos o processo crítico e autocrítico, mas este continua em suspenso, porque ainda não realizamos o balanço da discussão e não tomamos as medidas práticas no sentido da correção de nossos métodos de trabalho e direção.

Promovemos que o Comitê Central tome em suas mãos a imediata realização do balanço da discussão, balanço que deverá trazer importante contribuição para o trabalho das duas comissões anteriormente propostas e constituir elemento importante na elaboração dos documentos básicos do V Congresso.

Propomos também que seja posta imediatamente em funcionamento a comissão designada para a elaboração dos documentos que deverão ser discutidos no V Congresso. Terminado o trabalho desta Comissão, isto é, elaborados os documentos, será o V Congresso imediatamente convocado.

COM AS medidas propostas, damos um primeiro e modesto passo no sentido de vencer as dificuldades que hoje enfrentamos. Trata-se de lutar nas duas frentes — contra as manifestações concretas do revisionismo que hoje ameaça nosso Partido e pela eliminação em nossas fileiras das velhas tendências sectárias e dogmáticas. O Comitê Central não pode deixar de avaliar a imensa tarefa a realizar e o quanto será difícil e demorado o processo de reeducação ideológica que devemos empreender, a começar pela nossa própria reeducação, orientada fundamentalmente no sentido da luta contra as tendências sectárias e dogmáticas que profundamente penetraram em nossa consciência. Pelo exemplo dos recentes acontecimentos no PCUS já vimos até onde pode levar o dogmatismo, que significa isolamento da vida e falta de confiança nas massas, conservadorismo e incapacidade de ver o novo, de compreender que o marxismo é por sua essência crítico e revolucionário. Confieemos, no entanto, nas forças do Partido, que através do V Congresso há de dar um importante passo à frente na solução de nossos problemas de acordo com os interesses da classe operária e da luta emancipadora de nosso povo.

5



Conjunto de comportas sobre o Rio São Francisco.

Ocupada Pelo Povo A "Bond & Share" de M. Grosso

A população de Campo Grande, tendo à frente o prefeito, ocupa as instalações — Nomeada uma Junta Governativa — Exemplo para todo o Brasil

A subsidiária da «Bond & Share» em Mato Grosso a Cia. Matogrossense de Eletricidade, aplicando naquele Estado a invariável política parasitária seguida pelo truste lanque em todo o país — de exportação dos fabulosos lucros e não inversão em novas instalações acarretou uma situação de caos no estado e provocou a enérgica repulsa de toda a população de Campo Grande, unida em vigoroso movimento que culminou com a ocupação pelo povo das instalações da companhia.

A LUTA PELA ENCAMPAÇÃO

Congregando todo o povo matogrossense e especialmente o de Campo Grande, teve início a vitoriosa luta pela encampação da companhia concessionária. A frente da luta estava o próprio prefeito, Marcílio de Oliveira Lima, vereadores de todos os partidos, industriais, comerciantes, trabalhadores e estudantes.

Sucederam-se as mesas redondas, conferências, comícios e passeatas, sob o patrocínio da Comissão Pró Encampação. Foi lançada a palavra de ordem, a todo o povo, de não pagar as contas do truste e recolher o dinheiro à Prefeitura.

Ocupação da Companhia

Tendo à frente o prefeito, vereadores e representantes de várias entidades locais, o povo de Campo Grande marchou para os estabelecimentos da concessionária, ocupou as suas dependências, destituiu a sua direção e estabeleceu uma Junta Governativa para gerir a empresa. O gerente do truste, Milton Bueno, relutou em entregar a empresa mas terminou por fazê-lo após protestos. A Junta Governativa nomeada ficou formada pelos srs. Wilson Barbosa Martins, Kerman José Machado e vereadores Domédes Rosa Pires, Pedro Luiz Paulo, Jorge Simões Corrêa.

NÃO PAGAVA A PREFEITURA

A revolta do povo matogrossense chegou ao auge quando o Prefeito de Campo Grande revelou que desde agosto do ano passado a «Bond & Share» não pagava a Prefeitura a energia que esta lhe fornecia, produzida pelo motor «Diesel». Além de não empregar dinheiro seu em novas instalações, o truste suspendeu o pagamento da energia que lhe era fornecida pelo Poder Público e que revenia com grande lucro à população. Crianças e doentes

O GRAVE PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA NA ORDEM DO DIA DO MOVIMENTO NACIONALISTA

A questão das fontes de energia, especialmente do petróleo e da eletricidade, está no centro de todos os debates e plataformas do movimento nacionalista que une e mobiliza, em todo o país, os patrões de todas as classes e camadas de nosso povo.

Focalizamos, nesta reportagem, alguns aspectos da luta de nosso povo contra a espoliação dos trustes de energia elétrica, a «Light» e a «Bond & Share», assim como as manobras e perigos que estão no bojo dos projetos da Electrobras, do Fundo de Eletrificação e de reavaliação dos ativos das concessionárias.

A LIGHT MONOPOLIZA TUDO NO RIO E EM SÃO PAULO

Tendo chegado ao Brasil nos últimos anos do século passado, com um capital pequeno (cerca de sessenta mil contos na época), a «Brazilian Traction Light & Power», através de várias subsidiárias, obteve gradualmente o monopólio dos serviços de energia elétrica, bondes, telefones e gás nos dois maiores centros de indústria e população do país. Tudo isso foi obtido sem vinda de novos capitais, mas tão somente graças às tarifas extorsivas e a sucessivos acordos administrativos, audaciosos assaltos ao patrimônio e à economia nacionais, mediante sistematizada e vergonhosa colaboração de todos os governos (federal e municipais).

LUCROS E FAVORES CRESCENTES

Remetendo a cada ano maiores lucros para a sua matriz no exterior, a taxa privilegiada, a «Light» aplicou sempre a política de manter os serviços aquém das necessidades, utilizando o clamor público, junto às autoridades, como argumento para novas concessões e favores, empréstimos, avais e novos aumentos de tarifas. Além dos assaltos diretos ao patrimônio público, são incalculáveis os prejuízos causados pela «Light» à economia nacional, em virtude da sua política de energia escassa e cara, aplicada aos dois maiores centros industriais do país. Tiveram os industriais paulistas e do Rio de Janeiro energia abundante e barata e outro seria o nível de nossa indústria em geral e das indústrias básicas em particular, sabido que para

HISTÓRIA DE ESCÂNDALOS E ASSALTOS

Os escândalos da taxa-ouro, das prorrogações dos contratos dos telefones do Rio de Janeiro (1922 e 1952), da sabotagem da usina do Salto, da prorrogação da concessão de energia elétrica quando todos os bens deveriam reverter ao patrimônio nacional, os sucessivos aumentos de tarifas das subsidiárias inadimplentes, a sistemática violação do Código de Águas, a venda de valiosos imóveis que pertencem às concessões (e portanto ao poder concedente), os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento Econômico, assim como os concedidos pelo Banco Internacional (de que somos quotistas como país fundador) e pelo «Export and Import Bank», com o aval (fiança) do Brasil, — para citar somente os maiores escândalos — tudo isso foi

Faço aqui um apelo ao povo que continue cooperando, como até agora o fez, com o poder público, dando o seu integral apoio à Junta Governativa da C. M. E.». A luta do povo matogrossense contra o parasitário truste lanque, constitui um exemplo para todo o povo brasileiro. A ocupação das instalações e a nomeação de uma Junta Governativa não foi somente uma data significativa da história político-administrativa de Campo Grande, como disse em sua mensagem o prof. da cidade. Foi um marco na história da emancipação do povo brasileiro e apona o exemplo da vitória contra os consórcios lanquecanenses, que estrangulam o progresso industrial do Brasil e privam as populações de todo o país dos serviços de eletricidade a que teriam direito, pelo próprio texto dos contratos e natureza das concessões.

A vitoriosa luta de Campo Grande é um primeiro passo concreto, de significação prática, que dá o movimento nacionalista em defesa do Brasil contra os trustes de eletricidade que o exploram.

Vista parcial da lendária cachoeira da Paulo Afonso,



Fontes de energia, que são básicas para o progresso — Alguns aspectos da luta de nosso povo contra a espoliação dos trustes de eletricidade — A Light no Rio e São Paulo — A Bond & Share em todo o país — Manobras e perigos dos projetos em andamento no Congresso

estas é intrinsecamente o obstáculo da energia elétrica escassa e cara.

LUTAS POPULARES CONTRA A LIGHT

Tanto no Rio como na capital de São Paulo, existe uma tradição de movimentos populares contra a «Light» e seus assaltos. Durante os períodos de racionamento e por ocasião dos constantes aumentos de tarifas, especialmente dos bondes, tem o povo das duas capitais lutado contra a «Light» e os governantes entreguistas.

No momento o Prefeito do Distrito Federal já concordou com o aumento de 50 centavos nas passagens de bondes. Os estudantes, os líderes sindicais e o povo carioca estão na luta contra mais este assalto que se verifica um ano após o grandioso movimento de resistência de maio de 1956.

No Rio e em São Paulo os nacionalistas debatem em suas reuniões e organizações o problema da energia elétrica visando pôr um parêntese a esta vergonhosa situação conquistada pela «Light» à custa de suborno e entreguismo.

NAO PRECISAMOS DA LIGHT PARA NADA

Se os lucros são remetidos para o exterior, em escala crescente, se as instalações são construídas com dinheiro

O Nosso Povo Repele a Visita do Ditador Stroessner

A convite do governo Kubitschek, o ditador Stroessner do Paraguai vem participar das comemorações da nossa independência.

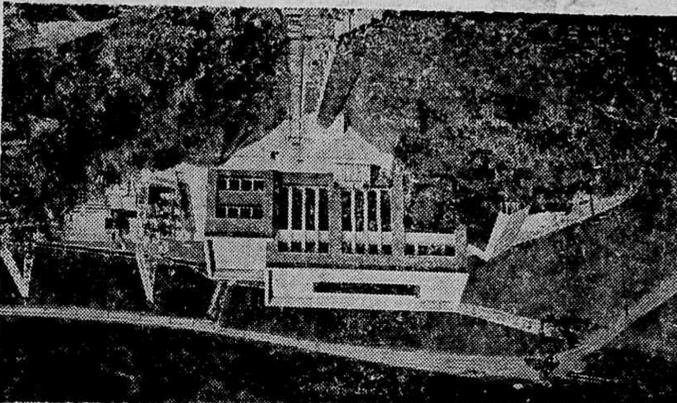
Depois da visita do representante do salazarismo, Craveiro Lopes, teremos a de um autêntico tirano do tipo latino-americano, a serviço do imperialismo lanque.

Nos campos de concentração de Stroessner vêm sendo torturados milhares de presos políticos, os melhores filhos do bravo povo paraguaio. «Fuerte Olimpo», «Quilômetro 220», «Pena Hermosas», «Fortim Estigarribia» são alguns dos cárceres de Stroessner, abarrotados de militares, intelectuais, operários e estudantes. Em todas as cidades há outros milhares de cidadãos que estão confinados, com a obrigação de se apresentarem três vezes por dia às autoridades policiais.

Está assim o Paraguai transformado em imenso cárcere e o governo Kubitschek vai exibir no nosso povo, num acinte aos seus azeites democráticos e à luta dos democratas paraguaios, o carcereiro mor, o usurpador do poder político, que apoiado no que há de mais reacionário e entreguista na terra guarani mantém um regime policial de defesa dos interesses lanques.

No momento em que o povo brasileiro comemora a independência política do país lutando pela sua emancipação econômica, no poderoso movimento nacionalista que se estende por todo o país, a visita do ditador Stroessner merece a repulsa de todos os patriotas e democratas brasileiros, solidários com os bravos filhos do povo guarani que estão sendo presos e torturados porque lutam pela mesma causa da independência nacional de sua pátria.

no nosso, dos estabelecimentos de créditos governamentais, ou com a nossa responsabilidade nos bancos estrangeiros (bloqueando o nosso crédito) e se o progresso das duas cidades exige a duplicação imediata da potência instalada, compreende o povo tomam consciências os patriotas de todas as tendências e correntes de opinião, que não precisamos da Light para nada e que é chegado o momento de pôr um termo a tão vergonhosa espoliação. Os problemas da encampação da Light, da instalação de novas usinas do monopólio do Rio Paraíba, dos perigos e manobras contidos nos projetos em curso no Congresso (que adiante abordaremos) estão na ordem do dia de todos os debates nacionalistas no Rio e em São Paulo.



Um aspecto da Central Hidrelétrica dos Bugres no município de Canela, R. G. do Sul, com a capacidade para 10.800 KW.

A "Bond and Share" Monopoliza O Que Não Está Com a Light

«Elétric Bond & Share» do Poderoso Grupo Morgan

através de um sem número de subsidiárias, monopoliza o abastecimento de energia elétrica na maior parte do nosso imenso país, excetuadas, praticamente a área Rio-São Paulo, de concessão da «Light», e as concessões municipais que ainda restam, de pequenas empresas nacionais, que fornecem quantidade mínima de energia consumida.

A «Bond & Share», como a Light se estendeu graças aos fabulosos lucros obtidos através de extorsivas tarifas, adquirindo paulatinamente as pequenas empresas concessionárias. Como a Light, remete lucros crescentes e só instala novas usinas com o capital do governo, ou por este financiado ou afiançado nos bancos americanos, como a Light mantém sempre o fornecimento a quem das necessidades, tendo se constituído num dos maiores obstáculos à industrialização dos Estados mais progressistas.

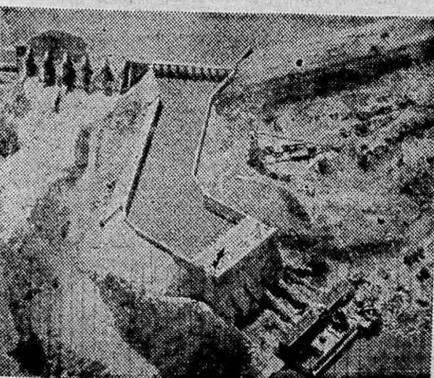
A Luta do Povo do Interior Paulista

O interior paulista, com mais de 1.000 municípios abastecidos (ou que deveriam sê-lo) pela Bond & Share, tem sido uma das regiões de nosso país mais prejudicadas pelo truste lanque.

Na cidade de Americana, o povo ocupou a subsidiária da «Bond & Share», com o pretexto de frente. Na cidade de Ribeirão Preto teve lugar um Congresso de Energia Elétrica, em que tonaram parte os prefeitos e vereadores de 1.133 municípios paulistas, que concluiu, por unanimidade, pela necessidade imediata de encampação da «Bond & Share», e das várias subsidiárias que desservem aqueles municípios e entravam o progresso de São Paulo.

Revende Energia no Nordeste com Lucros Fabulosos

Os Estados de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Alagoas e



Outro aspecto da barragem no São Francisco, quando em sua fase de construção

Denunciado o Contrato de Belo Horizonte

Já temos noticiado o vigoroso movimento do povo de Belo Horizonte, que obteve do Prefeito a decisão de denunciar o contrato da subsidiária da «Bond & Share», que termina a 5 de outubro próximo. Tão relapsa era a sucursal do truste em Belo Horizonte que a indústria da progressista capital fora condenada à estagnação. Como a subsidiária mantivesse o monopólio da produção e distribuição em todo o município, fora necessário criar um novo município saído da capital, onde a CEMIG (Comissão Estadual) construiu grande usina que passou a suprir a indústria e a vender energia para o truste.

Iniciada a campanha popular, congregando vereadores, associações de classe, estudantes e toda a população, o Prefeito concluiu pela denúncia do contrato o que constituiu grande vitória do povo.

A audácia do truste lanque atingiu ao inconcebível no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso, além de não empatar capitais na construção de novas instalações, para atender ao nosso progresso, além de esperar que os governos construíssem usinas para ele revender a eletricidade, o truste norte-americano teve a ousadia de suspender o pagamento da energia que lhe era fornecida, pela CEE Comissão Estadual de Energia no Rio Grande e pela Prefeitura de Campo Grande em Mato Grosso. Simplesmente continuava a cobrar as contas dos consumidores a tarifas elevadas, e não pagava o poder público que lhe vendia a eletricidade em grosso, a tarifas módicas.

O fato despertou violenta repulsa nos dois Estados. Adiante veremos que em Campo Grande o povo ocupou a «Bond & Share», ocupando as instalações e nomeando uma Junta Governativa. Em Porto Alegre, ante a vergonha da entrada em constituição grande vitória do povo.

Segundo os cálculos da PLADEP (órgão estadual de planificação) o Paraná necessita atualmente 250.000 quilowatts e o truste lanque fornece somente 75.000. Somente não foi paralisado o surto industrial do Estado porque inúmeras indústrias passaram a produzir a energia de que careciam, montando geradores de elevado custo, na maioria hidroelétricas, o que onera a produção industrial com alto preço da força assim obtida. Mesmo assim, a iniciativa das indústrias já resultou numa produção de cerca de 75.000 quilowatts, igualando o custo do prelos a superior a produção da «Bond & Share», concessionária responsável pelo abastecimento do Estado!

Planejada pelo governo estadual em 1950, a Usina estatal Guaricana foi sabotada pelos elementos governamentais ligados à «Bond & Share». Projetada para produzir 200.000 quilowatts teve início a construção de custosa barragem. Depois de anos de trabalho e despesas chegaram à conclusão que no lugar da barragem não havia água.

Fatos como o de Guaricana, assim como as manobras utilizadas pelo truste para obter aumento de tarifas, sem qualquer aumento da produção, têm sido objeto de constantes denúncias de todas as forças progressistas do Estado. O movimento nacionalista era um grande ascesso no Paraná, como em todo o Brasil, tem como um dos principais pontos de ação a defesa do progresso do Estado contra o sério entrave constituído pelo truste monopolizador da energia elétrica.



Vistaparcial da Barragem de Peixotas localizada entre Minas e São Paulo, quando em construção

A «BOND & SHARE» ENTRAVA O PROGRESSO DO PARANÁ

NO Paraná, com o desenvolvimento da luta nacionalista, assumiu particular relevo o debate do problema da energia elétrica. Em inúmeras conferências e através da imprensa vem sendo denunciado o estrangulamento da economia paranaense devido ao déficit de energia elétrica. A Companhia Força e Luz do Paraná, subsidiária da «Bond & Share», está fornecendo a todo o Estado apenas 30% da eletricidade de que necessita.

Segundo os cálculos da PLADEP (órgão estadual de planificação) o Paraná necessita atualmente 250.000 quilowatts e o truste lanque fornece somente 75.000. Somente não foi paralisado o surto industrial do Estado porque inúmeras indústrias passaram a produzir a energia de que careciam, montando geradores de elevado custo, na maioria hidroelétricas, o que onera a produção industrial com alto preço da força assim obtida. Mesmo assim, a iniciativa das indústrias já resultou numa produção de cerca de 75.000 quilowatts, igualando o custo do prelos a superior a produção da «Bond & Share», concessionária responsável pelo abastecimento do Estado!

ENCAMPAÇÃO DOS TRUSTES ELÉTRICOS

O problema da luta contra os trustes de energia elétrica está portanto, na ordem do dia do movimento nacionalista. Caso como o da Cia. Força e Luz de Belo Horizonte e da Cia. Mato-grossense de Eletricidade, bem como o clamor que se levanta em outros Estados pelo encampação das empresas elétricas imperia listas, mostram que as condições estão amadurecendo para pôr fim à espoliação do nosso povo pela «Light» e «Bond and Share».

Não é por acaso que a nacionalização das fontes de energia figura como uma das bandeiras do amplo movimento nacionalista que se organiza por todo o país. Em torno dela se unem não só as massas de consumidores de energia como os industriais progressistas. A encampação das empresas imperialistas de energia elétrica, como resultado de amplos movimentos de massa, pode significar um importante êxito concreto da luta antimperialista do povo brasileiro.

Toda atividade humana tem assegurado o seu direito ao trabalho, legitimado pela Constituição da URSS: tem direito a um trabalho garantido com uma remuneração que depende da quantidade e da qualidade do trabalho. Cada um utiliza base de direito a seu gosto, cada um escolhe a sua atividade conforme suas inclinações, conhecimentos e experiência. Assim como o sistema planejado da economia nacional do país, o caráter socialista da economia exclui radicalmente toda decadência, depressão, desemprego. Essa liberdade de escolha do trabalho é real para todos em absoluto. No constante processo de uma firme ampliação da produção, característica da economia socialista quando as forças produtoras se desenvolvem e se fortalecem mais e mais de ano para ano com férrea sistematização, o trabalho sempre procura o trabalhador, as possibilidades que tem e o trabalhador de utilizar suas forças, e seus conhecimentos são amplios e quase ilimitados.

A rigor só há uma atividade que não é acessível aos cidadãos da URSS: a iniciativa privada baseada na exploração do trabalho alheio.

4. O SEU OBRIGADO E O POVO

Quando um repórter norte-americano perguntou ao famoso piloto soviético Valeri Chkalov (primeiro aviador que nos anos de 30 realizou um voo sem escala da URSS aos Estados Unidos) a quanto montava a sua fortuna, Chkalov respondeu-lhe:

— Meus negócios vão de vento em popa. Tenho rendas suficientes para acreditar que sou um dos homens mais ricos do mundo.

Leia

DA TEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO

De M. Rosental

A Liberdade do Indivíduo na URSS

MARK VISTIN

O repórter se dá conta num sorriso servil:

— Quanto dinheiro tem o senhor?

— Calcule você mesmo — disse Chkalov com um brilho malicioso em seus olhos claros e penetrantes: Sou co-proprietário de todos os bens nacionais da URSS. Todos os meus concidadãos trabalham em certa medida para mim da mesma forma que eu trabalho para eles...

Essas mesmas palavras verbais podem ser repetidas com o mesmo fundamento por qualquer cidadão soviético.

Na economia da URSS domina exclusivamente a propriedade socialista. A terra e o sub-solo, as fábricas e os bancos, as explorações petrolíferas e as linhas de aviação, as grandes casas de residência, os estabelecimentos comerciais e os troleibus, as salas de espetáculos, todos os ramos da produção e os serviços públicos constituem na URSS uma propriedade coletiva, social, quer dizer, são propriedade de todos os cidadãos. Seu único senhor é o povo.

Que se depreende daí?

Muitas coisas...

Ao trabalhar para seu povo, e portanto para si mesmo, o soviético não pode, como é natural, ser submetido à exploração. Utiliza a seu alvitre os frutos de seu trabalho e em tempo oportuno os frutos do desenvolvimento da economia nacional em seu conjunto. Tudo quanto produz o povo volta de uma maneira ou de outra ao povo e a ninguém mais. Na URSS não se percebem dividendos. Todo o pessoal dirigente da indústria e do sistema financeiro do comércio e da agricultura, assim como o aparelho administrativo do Estado, são nomeados pelo povo entre os eleitos para os órgãos do Poder e são controlados pelo povo. O tra-

balho de direção é remunerado segundo as mesmas bases e nas mesmas condições que qualquer outro trabalho. Ninguém enriquece à custa dos demais, cada um obtém a parte que legalmente lhe corresponde da riqueza social: o que ganhou com seu trabalho honrado, o que lhe corresponde como pensionista, ou o que recebe como estudante recebe em forma de bolsa.

Vejam os balanços da fábrica Dzerzhinski, de Ivánovo. É uma das fábricas de tecidos maiores da Europa; foi construída sob o Poder Soviético com os recursos do povo.

O que recebe dela o povo?

Em primeiro lugar, tecidos de boa qualidade. Em segundo, consideráveis receitas. Em 1955, a fábrica deu 40 milhões de rublos de lucro. Trinta e seis milhões passaram ao orçamento do Estado e os quatro milhões restantes à disposição dos órgãos locais de administração, entre os quais os órgãos de direção da fábrica.

O caminho percorrido por esses milhões se vê pelos dados seguintes:

O Estado inverteu, no mesmo ano, na ampliação e na modernização da maquinaria da fábrica, 11 milhões de rublos; na manutenção dos jardins de infância e creches da fábrica, 2.700.000 de rublos; na construção de casas, ... 1.400.000 de rublos; na preparação de novos operários qualificados, 500.000; na manutenção da clínica fabril e dos postos de assistência médica, das salas de higiene para as mulheres nas oficinas, ... 300.000; na conservação da biblioteca técnica da fábrica, ... 100.000 de rublos. De tal maneira um pouco menos da metade do entregue pela fábrica ao orçamento nacional voltou à mesma.

Os quatro milhões de rublos, postos à disposição dos órgãos locais administrativos e da direção, foram emprega-

dos integros em benefício dos operários: na manutenção dos acampamentos de verão para os escolares; no abono das estadias em casas de repouso de muitos operários, gastos que auferam a quantidade destinada a esse fim pelos seguros sociais de que dispõem as organizações sindicais; em prêmios para os autores de propostas racionalizadas, etc.

Quando ao diretor da fábrica recebeu como os demais o salário que lhe corresponde: 2.500 rublos mensais. O salário médio dos operários dos principais ofícios era em 1955 de 800 a 1.000 rublos mensais; o dos contra-mestres de 1.100 a 1.200 rublos; o de chefes de oficinas de 1.200 a 1.500 rublos.

Certamente que vos interessará saber em que foram investidos os 20 milhões de rublos que ficaram para o orçamento do Estado. É difícil sabê-lo porque se fundiram na poderosa torrente de riqueza nacional.

Mas seja qual for o canal que sigam o povo será o ganhador. A análise do orçamento da URSS, que se publica todos os anos, mostra que mais de três quartas partes das receitas do país se invertem diretamente em satisfazer as necessidades materiais e culturais dos cidadãos. O resto se dedica ao fomento da indústria e da produção agropecuária e de outras necessidades do Estado, quer dizer, é empregado também no interesse de todos e de cada um.

O fato de que os meios de produção estão na URSS a serviço de todo o povo como único dono, se manifesta expressivamente no caráter das empresas soviéticas e na ordem de coisas ali reinantes, assim como nas relações mútuas existentes entre os operários e administração.

(Continua no próximo número).

Em Defesa da Unidade do Partido

Publicamos mais alguns documentos aprovados por organizações intermediárias, enviados à nossa redação, nos quais manifestam apoio às decisões tomadas pelo C. C. do P. C. B., em defesa da unidade do Partido.

COMITÊ DISTRITAL DE VICENTE DE CARVALHO (Rio)

«O CD de Vicente de Carvalho reuniu-se para discutir as Resoluções do C. C., do P. C. B., a situação política e nossas tarefas atuais, bem como a questão da unidade do Partido. Deliberou apoiar calorosamente aqueles documentos, prometendo não poupar esforços para levar à prática seus ensinamentos, ao mesmo tempo que manifesta irrestrita solidariedade ao C. C., como centro diretor do Partido.

«O CD repudia enérgicamente as atividades fracionistas do renegado Agildo Barata e convida os companheiros que erradamente o seguiram, a voltarem para as fileiras do Partido e prosseguir na luta antiliberacionista. Continuando a lutar firmemente contra os erros, o CD de Vicente de Carvalho se une cada vez mais em defesa do internacionalismo proletário, em torno do C. C., de nosso Partido, tendo à frente o camarada Luís Carlos Prestes».

Resolução do Comitê Central do P. C. B. Sobre a Atividade Antipartidária de Agildo Barata

(CONCLUSÃO DA PÁG. 5)

teza de nossas posições e das correções, que foram feitas será comprovada à medida que o Partido se ligue às grandes massas e as dirija na luta por seus interesses. Assim, todo esforço deve ser feito para orientar o trabalho do Partido para as massas.

5 — O Partido da classe operária e incompatível com a existência em seu seio de grupos e frações. No Partido só existe um centro dirigente único — o Comitê Central, em torno do qual se une firmemente todo o Partido. O fracionismo, sejam quais forem as intenções dos que dele participam, só pode dificultar o trabalho do Partido, levá-lo à desagregação. É uma exigência da luta pela libertação e social do povo brasileiro a existência de um Partido forte e unido. A coesão do Partido é a base da unidade do proletariado e de todas as forças patrióticas e democráticas.

Na luta contra a atividade fracionista, o Partido se fortalecerá e alcançará uma unidade mais sólida, num nível superior. Aos membros e organismos do Partido cabe zelar pela unidade partidária como forma de elevar a capacidade e a combatividade do Partido. Na correção de seus erros, no contato estreito com as massas e na aplicação audaz de sua orientação política, os comunistas reforçam a unidade do Partido, vencem as dificuldades e alcançam êxitos e vitórias. Lutando concretamente pela sua unidade, o Partido cumpra seu papel de força dirigente na luta de nosso povo por uma Pátria livre, independente e progressista.

Agosto de 1957

O C. C. do P. C. B.

A QUESTÃO AGRÁRIA E O PROBLEMA CAMPESES

A questão agrária na revolução democrático-popular não se relaciona somente com a ferrugem da exploração feudal. Ela é também a questão da hegemonia do proletariado na revolução, a questão da consolidação da aliança entre os operários e os camponeses. A questão central da hegemonia do proletariado se reduz na prática à hegemonia sobre o campesinato, que constitui a maioria da população. Tudo está, portanto, em saber se o proletariado pode ou não adotar um programa político que resolva completamente a questão agrária. A experiência da Revolução Chinesa, seguindo a experiência da Revolução Russa, prova que este problema pode ser resolvido pelo proletariado e só pelo proletariado. Isto indica que as possibilidades revolucionárias da massa camponesa podem e devem ser aproveitadas no interesse do proletariado.

Se o proletariado falhasse em apresentar e defender uma política de reforma agrária radical e completa, então ele não poderia ganhar o campesinato para a revolução e perder a hegemonia.

O Partido Comunista da China tem uma longa experiência na questão de organizar a aliança com o campesinato. Sempre que os comunistas chineses estiveram com os camponeses obtiveram sucessos. Quando sucedeu o contrário, sofreram derrotas. Em 1946, quando a política da reforma agrária se desenvolveu da redução do arrendamento e dos juros para a distribuição da terra, muitos foram os que vacilaram. O camarada Mão Tsé Tung afirmou então que era necessário tomar posição firme ao lado dos camponeses e levá-los a obter a terra, de outra maneira seriam repetidos erros anteriores e o Partido estaria sujeito a derrotas.

Assim, se a questão agrária tem na luta antifeudal seu principal conteúdo, não deixa de ser, entretanto, na prática, uma questão de ganhar o campesinato, de tirá-lo da condição de reserva da burguesia para torná-lo uma reserva do proletariado. Isto não se consegue sem resolver o problema da terra, sem liquidar os restos feudais e o latifúndio.

EXPERIÊNCIAS DA REVOLUÇÃO CHINESA

Carlos Marighella

Todavia, como ensina a experiência da Revolução Chinesa, a questão agrária não deve ser tomada apenas como questão de distribuição da terra. Antes da distribuição da terra, há inúmeras medidas preliminares que devem ser tomadas. A redução do arrendamento e dos juros, a luta de classes contra os latifundiários, a mobilização em massa dos camponeses, tais são essas medidas preliminares. Apesar de seu caráter limitado ou temporário, elas fazem parte de uma política de reforma agrária, da qual a distribuição da terra é a última etapa. A política de reforma agrária foi estabelecida na China por todo o tempo que durou a revolução. Mesmo durante o período da guerra antijaponesa, a política da reforma agrária jamais foi abandonada, ainda que tenha variado de forma. Apenas mudou a tática de distribuição de terra para a redução de arrendamento e juros. Esta tática era não somente para ganhar a classe dos latifundiários e a grande burguesia na luta antijaponesa, mas também para ganhar a média e a pequena burguesia. Entretanto, não se pode considerar esta tática como oposta à política fundamental do Partido de distribuição gratuita de terra aos camponeses, uma vez que só com a luta de classe no campo se pode garantir o sucesso da revolução. Assim a tática da reforma agrária pode variar da baixa de arrendamento e juros à distribuição de terra e desta à redução de arrendamentos e juros. O fundamental para isto é o que o Partido já tenha iniciado algum trabalho no campo, levantado ali as mais sentidas reivindicações dos camponeses, por menores que sejam, plantando raízes e criando ba-

ses, enfim educando a massa camponesa e elevando sua consciência.

Um problema tático de que a rica experiência da Revolução Chinesa nos dá proveitoso ensinamento está nas relações de classe em face da reforma agrária. Este é o problema de saber em quem apoiar-se no campo e qual o inimigo principal a combater, a fim de levar a revolução adiante. Trata-se, portanto, da linha geral da reforma agrária, que não pode ser traçada sem o pleno conhecimento das relações de classe no campo. Esta linha geral foi formulada pelo Comitê Central do Partido Comunista da China da maneira como segue:

«Apoiar-se nos camponeses pobres e camponeses sem terra, unir-se completamente com os camponeses médios, neutralizar os camponeses ricos e liquidar os latifundiários como classe, por etapas e fazendo distinções.»

Os camponeses pobres e os camponeses sem terra são os proletários e os semiproletários do campo. Representam a maioria da população rural. São mais explorados e oprimidos, são mais resolutos na luta. Constituem o aliado mais firme do proletariado no campo. Os camponeses médios são explorados economicamente, sofrem também a exploração por meio da usura, dos impostos, etc. A maioria dos camponeses médios não possui suficiente terra. O camarada Mão Tsé Tung diz dos camponeses médios que eles «são uma boa força revolucionária, e sua atitude diante da revolução (estejam a favor ou contra ela) é decisiva quanto às perspectivas de vitória, sobretudo porque depois da revolução agrária a maioria dos camponeses será de camponeses médios».

Os camponeses ricos são em menor número, mas sua influência é considerável, por causa de suas relações estreitas com os camponeses médios. Ademais, milhões de camponeses, ainda que não lhes seja possível tal coisa, acarinhavam a esperança de vir a ser camponeses ricos. Isto é, alcançar uma vida próspera e melhor. Em geral, o camponês tende a seguir espontaneamente a via do desenvolvimento capitalista e só não consegue elevar-se na escala social como rico proprietário no campo, porque dia a dia está sendo empurrado para baixo pelas próprias condições do capitalismo.

Fator importante é que, antes da vitória da revolução, a terra é para o camponês uma coisa longínqua, um sonho. Se os comunistas chineses confundissem a propriedade do camponês rico com a propriedade do latifundiário, este erro teria tido repercussões desfavoráveis imediatas sobre a massa do campesinato, jamais os camponeses poderiam ser convencidos de que os comunistas são pela distribuição gratuita da terra. Tornar-se indispensável ganhar o camponês rico, quando menos neutralizá-lo. Não é correto, por isso, infringir a economia do camponês rico, pelo contrário torna-se necessário defender seus interesses, a bem da aliança da classe operária com todos os camponeses.

A experiência da Revolução Chinesa serve para apontar tal caminho como o único acertado. Todavia os comunistas chineses, ao tratar com os latifundiários, procuraram fazer distinções. Os grandes latifundiários, os que se achavam no poder e os mais reacionários tiveram um tratamento à altura dos crimes cometidos. Latifundiários médios e pequenos, que capitularam diante dos camponeses ou cederam em face da política de reforma agrária, não sofreram nenhuma punição, além do confisco de suas terras. Mesmo assim, depois da distribuição da terra aos camponeses, os latifundiários receberam um pedaço de terra para trabalhar já que não se trata de liquidá-los fisicamente, mas de lhes dar um meio de vida e submetê-los ao novo poder revolucionário, liquidando-os apenas como classe.

Visita ao Futuro Palácio dos Metalúrgicos



Operários da FERRO MALEAVEL, realizaram no dia 17 de agosto uma visita à obra de construção do Palácio dos Metalúrgicos, impondo-se sede do futuro sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas e de material elétrico do Distrito Federal. Acompanhado pelo presidente do sindicato, Benedito Cerqueira, realizaram aqueles trabalhadores, naquele local, uma assembleia, durante a qual sugeriram várias medidas para melhorar o funcionamento dos vários departamentos do sindicato. Os construtores da obra agradeceram aos operários da Ferro Maleável a ajuda que lhes deram na solda dos ferros da construção, na confecção de ferramentas e na reparação das máquinas. O presidente do sindicato agradeceu a visita dos operários, que são pioneiros na construção da nova sede, pois foram os únicos a contribuir com um dia de salário, além de doar o aumento correspondente a 15 dias dos dois últimos acordos salariais.

(Moralização das Caixas de Aposentadorias e Pensões

EXIGEM 380.000 SEGURADOS PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS CONTRA A SITUAÇÃO DE DESCALABRO EM QUE SE ENCONTRA A C.A.P.F.E.S.P., DESDE A SUA FUSÃO

Preparam-se os 380.000 trabalhadores segurados na CAPFESP para realizar uma intensa campanha de moralização daquelas Caixas de Aposentadoria e Pensões. Realizada a fusão das autarquias que serviam a diferentes categorias profissionais e que lhes vinham dando assistência e serviços sociais, contra a vontade dos trabalhadores e abaixo de seu protesto enérgico, verificou-se o início de uma situação de descalabro.

Há poucos dias, reunidos em uma assembleia das mais movimentadas, à qual compareceram mais de mil segurados, debateram os trabalhadores a melhor maneira de moralizar os serviços de previdência social e pôr termo à desmoralização reinante na CAPFESP. Dirigentes sindicais dos ferroviários, dos trabalhadores da Energia Elétrica, Carris Urbanos, Telefônica, Funcionários da Central do Brasil, Federação das Indústrias Urbanas, Federação Nacional dos Gráficos,

Metalúrgicos, Sindicato da Energia Elétrica da São Paulo, Telefônica e CMTC de São Paulo, participaram ativamente dos trabalhos dessa assembleia.

Resoluções de grande importância para a campanha já iniciada, foram tomadas. A principal delas refere-se ao envio de um memorial monstro ao presidente da República, no qual os trabalhadores expõem sua posição em face do descalabro existente na CAPFESP e indicarão uma série de medidas capazes de moralizar aquele serviço social. Outras resoluções aprovadas falam na necessidade da ampla difusão desse memorial e da coleta de milhares de assinaturas, ao mesmo tempo, nos locais de trabalho. Foi aprovada moção de desagravo ao dirigente sindical Moacir Palmeiras e telegrama de saudação ao Exército Brasileiro, pelo transcurso da Semana do Exército e de apoio às declarações do Gen. Lott em defesa da Petróbrás.

MEMORIAL AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No memorial a ser entregue ao Sr. Juscelino Kubitschek expõem inicialmente os segurados das CAPFESP a situação de "descalabro administrativo existente naquele órgão de previdência social dada a absoluta anarquia que ali impera desde que decretada a tristemente inquecível fusão".

Sugerem os trabalhadores ao presidente uma série de medidas, capazes de moralizar aquela instituição. Destacamos as mais importantes:

- 1º) — Criar uma Comissão de Inquérito para apurar as seguintes irregularidades, com prazo fatal e improrrogável:
 - a) — falta de cumprimento dos horários médicos;
 - b) — péssimos serviços prestados por algumas casas de saúde;
 - c) — paralisação inexplicável de obras há mais de dois anos;
 - d) — atrasos de mais de seis meses nos pagamentos dos proventos de aposentadoria, pensões, auxílio enfermidade, reembolsos;
 - e) — devassa na Carteira Predial para apurar os crimes contra o patrimônio da instituição, a má construção das residências dos trabalhadores;
 - f) — imediata apuração de

responsabilidade de custos do serviço que respalda a instituição administrativa.

g) — verificação das aquisições de funcionários para repartições estranhas à CAPFESP;

h) — imediata reconstituição das operações de empréstimos simples;

i) — imediata cobrança das dívidas das empresas e providências de governo para saldar sua dívida com a CAPFESP;

j) — imediata votação de substitutivo dos trabalhadores ao Projeto de Reforma de Administração da Previdência Social;

k) — Exigir do SAMDU o cumprimento de suas obrigações para com os associados;

l) — Defender os direitos dos segurados do interior do país, para que recebam a mesma assistência social. Nesse sentido, estudar e promover o projeto nº 102 do deputado Benjamin Farah.

m) — Participação de representantes de trabalhadores na Comissão de Inquérito.

Esse memorial, aprovado naquela assembleia, deverá receber centenas de milhares de assinaturas, através de todo o país, a fim de que leve ao presidente da República a exigência unânime dos segurados das Caixas, de imediata moralização de seus serviços.

EM MARCHA PARA UM CONGRESSO NACIONAL

A luta dos trabalhadores segurados nas CAPFESP deverá assumir importância crescente, em face da revolta geral que lavra entre as diferentes categorias profissionais.

Pretendem agora os trabalhadores preparar um congresso nacional de todos os prejudicados pela fusão das caixas e já se iniciou a propaganda nos locais de trabalho e a mobilização de todos os sindicatos, que vêm dirigindo essa luta desde o seu início.

Particularmente importante será a adesão de todos os sindicatos do interior do país. Isso virá reforçar de maneira extraordinária o movimento pela moralização das CAPFESP e apressará o governo federal a adotar as medidas propostas pelos trabalhadores.

Ao mesmo tempo que realizam a coleta de assinaturas ao memorial monstro, apoiam os segurados das Caixas o projeto do deputado federal Benjamin Farah, no qual se propõe criar uma caixa separada para os ferroviários.

Moralização nas CAPFESP. Essa a exigência unânime de quase 400 mil trabalhadores.

O IV Congresso Sindical Mundial

Abrirá Novos Caminhos Para a Unidade dos Trabalhadores

GIUSEPPE DI VITTÓRIO

(Conclusão do número anterior)

Está fora de dúvida que o fenômeno que denunciamos tem caráter internacional. Tal fenômeno coloca obrigatoriamente os sindicatos de todos os países capitalistas e coloniais, qualquer que seja sua orientação e todas as Internacionais sindicais, em face de suas responsabilidades. De fato, admitindo-se que a tarefa mais elementar e primária de todo sindicato operário é defender e melhorar constantemente as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, lutando por uma repartição sempre mais justa do produto do trabalho, entre o capital e os trabalhadores (em favor destes últimos), devemos constatar que nem os diferentes sindicatos homólogos isoladamente nem o movimento sindical dos países capitalistas tomados em seu conjunto (dividido e debilitado como está há cerca de 10 anos), conseguiram nem conseguem cumprir convenientemente sua tarefa fundamental, uma vez que a divisão do produto do trabalho se faz, em medida crescente, em favor dos monopólios e dos grandes proprietários de terra e sempre em prejuízo dos trabalhadores, cujo nível de vida permanece visivelmente abaixo das necessidades vitais de suas famílias.

Essa simples constatação de fato é tanto mais grave — para todos os sindicatos — porque se refere a um período de conjuntura econômica favorável, a despeito de nossas contradições. E sabemos que, em toda a história do movimento operário organizado, os períodos de conjuntura econômica favorável foram sempre caracterizados por novas conquistas econômicas e sociais dos trabalhadores. No entanto, depois de um período de quase 10 anos (ou seja, durante todo o período das cisões sindicais), o que se verificou foi o contrário. Apesar da conjuntura econômica favorável, a classe operária dos países capitalistas não só não conseguiu — no terreno sindical — arrancar novas conquistas importantes, mas também não conseguiu, muitas vezes, conservar o nível dos salários e de vida já conquistados. Podemos afirmar mesmo que ela não o conseguiu em nenhum país capitalista, se se confronta o nível atual dos salários e a intensificação constante do trabalho, no passo que os lucros capitalistas aumentam desmesuradamente.

O problema que se coloca é o seguinte: que devem fazer os sindicatos — repetimos, todos os sindicatos e todas as Internacionais sindicais — para se mostrar à altura de sua tarefa primordial e cumprila de maneira satisfatória, a fim de conseguir uma melhoria decisiva do nível de salários e do nível de vida dos trabalhadores, que a atual situação econômica torna perfeitamente possível. Essa questão nenhum sindicato poderá contornar, qualquer que seja a sua orientação.

A F. S. M. deu uma resposta clara a essa questão e o IV Congresso Sindical Mundial, temos certeza, a confirmará ainda com maior firmeza, ligando-a aos novos dados do problema.

Considerando que para nós a causa determinante do desequilíbrio sempre mais profundo entre os salários e os lucros reside na cisão sindical e no enfraquecimento que daí resulta ao movimento sindical em seu conjunto, o caminho para

sair da situação atual é o da luta unitária de todos os trabalhadores e de todos os sindicatos.

Temos portanto uma posição construtiva. Depois de haver constatado a grave situação da classe operária em face do grande patronato — e nós nos baseamos numa análise fundamentada por dados oficialmente incontestáveis — propomos um caminho claro, que permita modificar a situação em favor dos trabalhadores. Que propõe a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres? Que propõem os sindicatos autônomos dos diferentes países?

O problema está objetivamente colocado diante de todos os sindicatos. Nenhum deles pode contorná-lo, se não quiser renunciar deliberadamente a cumprir sua tarefa primordial, que é a razão de ser de todo sindicato. Dar uma resposta clara à questão de saber como modificar as relações de força e a repartição do produto do trabalho em favor da classe operária é tanto mais necessário e urgente porque, se essas relações continuarem a evoluir no mesmo sentido que durante estes últimos anos, o progresso da técnica e a automatização ameaçarão agravar ainda mais e de maneira impressionante, as condições de vida dos trabalhadores nos países capitalistas e coloniais. Examinemos agora o segundo fato novo, que torna indispensável e urgente a unidade dos trabalhadores.

É certo que o progresso técnico e a automatização da produção favorecem uma concentração mais rápida dos capitais e dos meios de produção entre as mãos dos grandes monopólios nacionais e supranacionais, que têm a possibilidade de adquirir e utilizar as máquinas automáticas mais modernas. Tal processo aumentará sempre mais a dominação econômica e política dos grandes monopólios e seus meios de pressão contra a classe operária. Tanto mais que as novas máquinas automáticas, que permitem aos monopólios aumentar consideravelmente a produção reduzindo a mão-de-obra, contribuirão para agravar ainda mais o já enorme desemprego existente, com a perspectiva de uma chantagem permanente de dispensa dos trabalhadores. A classe operária necessita por isso ser mais forte — portanto mais unida — no plano nacional e no plano internacional, para poder enfrentar vitoriosamente essa ofensiva previsível dos grandes monopólios e para conseguir que o progresso técnico se traduza imediatamente por um progresso social, graças à redução do tempo de trabalho e a uma melhoria conveniente dos salários.

Em ligação com as modificações técnicas da produção, os grandes monopólios conseguiram desferir um golpe severo no próprio princípio da negociação coletiva e sindical, em tudo que se refere à remuneração dos trabalhadores.

Como modificar essa situação, graças à qual os monopólios tentam diminuir, ou mesmo abolir, a própria função fundamental do sindicato? Para nós, não há outro caminho senão o reforçamento do sindicato e de suas lutas, o que pressupõe a unidade dos trabalhadores.

Existe um outro aspecto do problema, que esclarece ainda melhor a necessidade atual da unidade sindical no plano internacional. Trata-se do fenômeno já indicado da incessante expansão dos monopólios supra-nacionais, que possuem, em numerosos países, empresas de um mesmo ramo industrial. Tal fenômeno não é novo. O que é novo, porém, é a rapidez de seu desenvolvimento, a amplitude que assumiu em diferentes continentes.

AS POPULAÇÕES RURAIS E O DIREITO DE VOTO AOS ANALFABETOS

O PROCESSO do desenvolvimento político e social do Brasil colocou na ordem do dia, para sua justa solução, o problema da concessão do direito de voto aos analfabetos. Esta questão está sendo o assunto obrigatório na imprensa, no parlamento, nos partidos, nas ruas, enfim, em toda parte. Isso é natural de vez que se trata de uma questão que está ligada com o próprio avanço da democracia e do progresso em nosso país.

Conceder direito de voto aos analfabetos significa trazer para a participação ativa, na vida política nacional, milhões de homens e mulheres, que embora não saibam ler nem escrever, têm os mesmos deveres dos letrados para com a pátria.

Se bem que haja analfabetos em toda parte, por esse lenço Brasil, não resta dúvida de que é no campo que o seu número é maior. A idéia da concessão de voto ao analfabeto despertou, entre os verdadeiros democratas e patriotas, o mais vivo interesse e uma natural predisposição para fazer essa idéia triunfar. Mas surgiram também os defensores do voto «consciente», do voto de «elite».

As combaterem o direito de voto aos analfabetos, esses elementos visam criar no Brasil um regime de castas, de indivíduos privilegiados, donos de toda a sabedoria. As massas camponesas, essa imensa parcela dos criadores da grandeza nacional, deve ficar à parte, pois só serve para trabalhar e ser explorada pelos doutores e iluminados. É assim que raciocinam os politiquês da UDN e demais oposicionistas ao direito de voto aos analfabetos.

As populações rurais em geral e aos analfabetos em particular cabe sustentar com força a bandeira democrática agora desfraldada, movimentando-se para dar todo o seu apoio ao Projeto Arnanio Falcão. O Congresso Nacional precisa saber, através das cartas, telegramas, abaixo-assinados, resoluções de assembléias das organizações camponesas, etc., que os analfabetos são tão brasileiros e patriotas como quem melhor o seja. E como tal têm também o direito de votar para escolher os seus dirigentes e representantes.

OS TRABALHADORES DA USINA OITEIRO DERROTARAM AS MANOBRAS PATRONAIS

CAMPOS. (Do Correspondente) — Os trabalhadores da usina Oiteiro, deste município, estão atravessando uma situação difícil, não só em virtude da carestia de vida como também porque os senhores da usina querem jogar nas costas dos trabalhadores todas as dificuldades que atravessam.

Por exemplo, devido à má administração da usina, este ano só uma fazenda se perdera mais de 4 mil carros de cana. Além disso a empresa mantém 27 homens ganhando sem trabalhar, dos quais o que menos ganha tem o salário de 6 mil cruzeiros.

Nos últimos tempos a usina passou a trabalhar com balaceiros e sub-balaceiros, gerente geral da lavoura e o secretário deste.

A usina tem um químico com salário elevado, além dos privilégios de casa, carne e 6 litros de leite, automóvel, etc.

PERSEGUIÇÕES

Enquanto isso, os trabalhadores estão com os seus salários atrasados e sujeitos a comprarem no barracão onde os gêneros alimentícios são da pior qualidade; carne bichada, feijão duro.

Nos primeiros dias de julho último, mais de 100 operários foram ao escritório e de lá ao barracão, para reclamar a péssima qualidade dos gêneros ali vendidos. Dias depois, quiz a empresa fazer um pagamento parcial mas os trabalhadores recusaram. Indignada, a gerência tentou punir alguns trabalhadores, considerando-os cabeças da resistência, mas teve que

Ameaçados de Despejo os Arrendatários Da Fazenda "Capitão Venancio"

CENTENAS DE ARRENDATÁRIOS ESPOLIADOS PELO LATIFUNDIÁRIO — CONTRATO SEMIFEUDAL É IMPOSTO AOS LAVRADORES — JAGUNÇOS ARMADOS INSULTAM AS FAMÍLIAS — RECUSAM-SE A PLANTAR O CAPIM E SE DISPÕEM A MANTEREM-SE NAS TERRAS

NOVA GRANAPA (SP) Do Correspondente — Na Fazenda «Capitão Venancio», de propriedade do sr. Hélio Junqueira, situada no distrito do Ingá, neste município, os contratos de arrendamentos são absurdos. Suas cláusulas conduzem, na prática, a que o arrendatário leve a vida a trabalhar para o latifundiário. São cláusulas que revelam o regime semi-feudal ainda existente no campo, mesmo num Estado como São Paulo, onde o capitalismo no campo tem se desenvolvido.

CLÁUSULAS DE CONTRATO

Temos em mãos uma cópia do contrato entre o latifundiário e um arrendatário que nos foi fornecida por este. Por ele foi-nos possível verificar a tremenda exploração a que estão submetidos os arrendatários da Fazenda «Capitão Venancio». Por esse contrato o latifundiário da em arrendamento 20 alqueires de terra.

Este arrendamento terá a duração de dois anos pagos a 2 mil cruzeiros por cada alqueire, anualmente. Porém, a metade do preço do arrendamento tem que ser pago adiantadamente e o restante será pago 3 meses e meio, antes de cada ano vencido.

O arrendatário fará, por sua conta exclusiva, as casas e benfeitorias que forem necessárias. Findo o contrato todas as benfeitorias ficarão

terá que deixar toda a área arrendada, semeada com semente de capim, fornecida pelo latifundiário. Entretanto, não se trata de semear o capim terminados os dois anos de contrato.

O latifundiário exige a semente de capim 7 meses

tem cerca de 100 crianças de 0 a 10 anos de idade, sofrendo as maiores privações e delas já atingiram a idade escolar, sem que possam ir a uma escola porque não contam.

PERMANECERÃO NAS TERRAS

Estas famílias, se forem despejadas, dificilmente encontrarão trabalho para ganhar o sustento de vez que o tempo de se efetuar contrato para a lavoura já se passou. Assim, elas se veriam na contingência de ir para as cidades pedir esmolas.

Parte dessas famílias está disposta a se manter nas terras. Nesse sentido já recorreram às autoridades federais e estaduais. Uma delegação seguiu para São José do Rio Preto a fim de se entender com o Departamento Regional do Trabalho. Telegrafaram ao governador do Estado, pedindo providências.

Pedindo intercessão em favor, um memorial foi enviado à ULTAB. Outras medidas estão sendo providenciadas pelos lavradores, para defenderem os seus direitos.



pertencendo ao latifundiário, sem qualquer indenização.

Além disso o contrato exige que as benfeitorias sejam deixadas em perfeito estado de conservação.

Outra cláusula determina que o arrendatário é obrigado a conservar bem as estradas. Se o arrendatário necessitar de pasto para seus animais, terá de pagar um aluguel estipulado pelo latifundiário. A palhada resultante da safra colhida, o arrendatário é obrigado a entregar ao dono da terra, ficando assim sem forragem para os seus próprios animais.

150 FAMÍLIAS OPRIMIDAS

O latifundiário exige que o arrendatário deixe toda a terra arrendada completamente destocada, sob pena de multa se não o fizer.

O contrato não rege, porém apenas as condições para o uso da terra. Ele determina também que o arrendatário só poderá arranjar financiamentos para a sua lavoura, no Banco do Brasil e nunca com particulares.

Finalmente, o contrato estabelece que ao se retirar da terra como término do arrendamento, o arrendatário

antes de terminado o contrato. Com a ressalva de que com a quebra de quaisquer das cláusulas por parte do arrendatário, este será punido com pesada multa.

Na parte arrendada a Fazenda «Capitão Venancio» trabalham cerca de 150 famílias. Essas famílias não estão satisfeitas com a exploração do sr. Junqueira e começam a resistir à exploração do latifundiário. Assim sendo, elas se recusam a semear o capim, como determina o contrato, e pretendem permanecer nas terras de acordo com o que lhe faculta o Art. 8º da Lei 3.085 de 29-12-56 (Lei do Inquilinato). Entretanto, antes de findar o prazo para a entrega da terra, os camponeses já foram avisados de que devem desocupar a fazenda sob pena de despejo executado pelo próprio latifundiário.

JAGUNÇOS ARMADOS

José de tal, mais conhecido por Zuzá, é o genro do sr. Hélio Junqueira e gerente da fazenda. Este indivíduo comanda um grupo de jagunços e seu escritório é um verdadeiro arsenal de armas. E utilizando essa gente que o latifundiário Junqueira quer executar o despejo de 150 famílias de lavradores. Estas famílias estão sendo diariamente hostilizadas, insultadas pelo gerente e seus jagunços.

Entre as 150 famílias exis-



Falecimento de Francisco de Castro

Faleceu, recentemente, na cidade do Salvador, o operário gráfico Francisco de Castro, um dos mais antigos militantes do PCB na Bahia. Francisco de Castro participou de numerosas campanhas políticas, lutou contra o fascismo na época do Estado Novo e foi um dos construtores do jornal popular "O Momento". Sua morte causou grande pesar entre os gráficos e entre os trabalhadores em geral da Bahia.

UMA VITÓRIA DOS TRABALHADORES

Graças à unidade e à energia dos trabalhadores, foi possível obter tão importante vitória. Esse movimento dos trabalhadores da Usina Oiteiro, foi uma preciosa lição para os que dela participaram.



VOZ OPERÁRIA

Ubiratã Alves

MATRIZ:

Av. São Branco, 257, 17º and. V. 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Assinatura	100,00
Serroteiro	60,00
Trisemestral	30,00
Não assinado	2,00
Não assinado	1,00
Até ou sob registro, despesas à parte	
Porção do R. G. Sul	
M. Casarim, P. Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santos e Belo Horizonte	2,00
Gratuito e interior de Assinaturas e Terceiros	
Assinatura	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerente	2,50



Correspondência

PARAIBA

RESULTADO DAS ELEIÇÕES NO SINDICATO TÊXTIL EM SANTA RITA

JÓÃO PESSOA (Do Correspondente) — Na fábrica de Tecidos Tibiri, (Santa Rita) os operários estão sendo perseguidos e despachados, pelo fato de lutarem para eleger os seus companheiros para a diretoria do seu Sindicato. Os Borges e Cia., ficaram desesperados com a ampla divulgação que foi feita pelos operários para eleger os candidatos da chapa encabeçada pelo líder Antônio Nazário, que correspondia aos desejos dos operários, por ver nestes companheiros, os mais dignos defensores dos trabalhadores.

Nas eleições, os Borges, para derrotarem a chapa Nazário, fizeram uma série de promessas aos operários, chegando até mesmo a darem gorjetas aos operários para votarem na chapa da Cia. Nas eleições foi vitoriosa a chapa apresentada pela Cia., com 252 votos e a chapa encabeçada pelo líder Nazário, obteve 248 votos. Os operários, vendo que havia fraude nas eleições, interpuseram recurso, anulando as eleições. Dias depois o impetrante, o ex-presidente do Sindicato, Oriando, por pressão da Cia., retirava o recurso, e imediatamente foi despachado. Até o momento sobe a 60 o número de operários demitidos. Sendo todos de menos de 9 anos de tempo de serviço prestado àquela empresa.

As eleições no Sindicato puseram os Borges avavorados, porque em tempo algum votaram 800 operários nas eleições do Sindicato. Com este último pleito, a Cia., ficou com medo da unidade que demonstraram os operários, votando em grande número na chapa de oposição à Cia. Começam a fazer ameaças de toda sorte, afastando operários de suas funções e colocando em outros serviços, exigindo o dobro de produção, tudo isto com o objetivo de amedrontar os operários, para não exigirem da atual diretoria, que representa os interesses da Cia., discutir suas reivindicações. Mas enganou-se os Borges, os operários não vão ficar esmagados pela Cia., e vão procurar lutar para impedir que continuem o desemprego em massa e a ameaça de serem dispensados.

O Sindicato não vai continuar com suas portas lacradas, porque os operários unidos saberão exigir da atual diretoria a realização de assembléias para discutirem suas reivindicações. O Sindicato é a casa dos trabalhadores e não pode servir de trampolim para os Borges perseguirem os operários.

Sta. CATARINA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO INVESTIGA AS CONDIÇÕES DE VIDA NA ZONA CARBONÍFERA CATARINENSE

(Do Correspondente Marcellio Oliveira) — Esteve na zona carbonífera de Santa Catarina a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Carvão, da Câmara de Deputados. Esta Comissão presidida pelo Deputado Elias Adalme (P.T.B. de Santa Catarina) e tendo como membros os Deputados Anísio Rocha (P.S.D. Goiás), Tarso Dutra (P.S.D. Rio Grande do Sul) e Teodoro Mendonça (P.S.P. Pará) foi entusiasticamente recebida pelos mineiros, ferroviários, estivadores e portuários catarinenses.

DENUNCIADO O DELEGADO DO TRABALHO

A Comissão que permaneceu em Santa Catarina de 19 a 24 de agosto percorreu os municípios de Tubarão, Criciúma, Lauro Muller e Laguna (o porto de Imbituba) e Urussanga.

Foram ouvidos dezenas de mineiros, que denunciaram as desumanas condições de trabalho, as patifarias dos "pelegos" e do Delegado do Trabalho Raul Caldas no Sindicato dos Mineiros de Criciúma (vide VOZ OPERÁRIA n.º 426) e o não pagamento da taxa de insalubridade, horas excessivas de trabalho etc.

COM 33 ANOS RECEBIA O «SALÁRIO DE MENOR»

Em Imbituba foram ouvidos os estivadores, arrumadores, portuários e trabalhadores da Cerâmica Henrique Lage. Um trabalhador da Cerâmica Henrique Lage foi depor. Disse e provou que ganhava apenas a metade do salário-mínimo apesar de contar 33 anos de idade. Perguntado qual a alegação do patrão, respondeu: — O Dr. Rinzá disse que, como eu tenho apenas um metro e dez de altura, a lei manda que seja pago o salário de "menor".

EM CRICIUMA, EM CADA MIL CRIANÇAS, MORREM 140

Os depoimentos principais serão dados no Rio de Janeiro. A Comissão de Inquérito já intimou várias pessoas para serem ouvidas. Entre elas encontramos o Dr. Manif Zacharias, que irá depor sobre a mortalidade infantil em Criciúma, que atinge um dos maiores índices do mundo, pois de cada mil crianças morrem 140.

OS TRABALHADORES E A COMISSÃO PARLAMENTAR

Os trabalhadores da zona carbonífera esperam as resoluções da Comissão. Esperam medidas capazes de resolver todas as irregularidades. Confiantes estão os mineiros de Criciúma de que seu Sindicato possa, após o inquérito, voltar às mãos dos trabalhadores.

O Deputado Elias Adalme, que, sentindo as reivindicações dos trabalhadores, conseguiu na Câmara a organização da Comissão Parlamentar, asseverou que usará todos os meios possíveis para sanar as tremendas irregularidades existentes na zona carbonífera de Santa Catarina. Paraná e Rio Grande do Sul.

PERNAMBUCO

«SEMANA DO PETRÓLEO»

RECIFE. (Do correspondente) — Através de seu Diretório, os estudantes de Química vêm organizando a «Semana do Petróleo», com a participação entusiástica de outros Diretórios universitários e da classe estudantil em geral.

Segundo conseguimos apurar, a «Semana do Petróleo» será organizada da seguinte maneira: exposição, no centro da cidade, de um «stand» contendo produtos da «Petrobrás»; montagem de uma torre de petróleo, em madeira, na Praça do Diário (Praça da Independência); exibição de filmes nos colégios e escolas superiores, bem como, nos bairros para o esclarecimento público sobre as realizações da «Petrobrás».

Serão convidados para fazerem conferências as seguintes personalidades: deputados federais Dagoberto Sales e Aurélio Viana; o sr. January Nunes, presidente da «Petrobrás», e o sr. Roland Corbister.

A programação da «Sema-

na do Petróleo está sendo marcada para os dias 23 a 29 do corrente.

Na audiência de conciliação realizada no TRT entre o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife e os proprietários das empresas jornalísticas, as duas partes em litígio, após vivos debates, concertaram um acordo nos seguintes termos: 40% para quem tem salário até 4 mil cruzeiros; 35% para os que tem salários de 4 mil até 5 mil cruzeiros; 30% para os profissionais que recebem salários de 5.000 até 8.000 cruzeiros; e 20% para os que ganham salários de mais de 8.000 cruzeiros.

Vigência para o presente acordo: a partir de 1.º de setembro do corrente ano.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JABOATÃO SOLIDARIZA COM O MOVIMENTO NACIONALISTA

O deputado estadual Miguel Arrais, presidente do Movimento Nacionalista em Pernambuco, acaba de receber um ofício da Câmara Municipal de Jaboatão, solidarizando-se com a Frente Parlamentar Nacionalista.

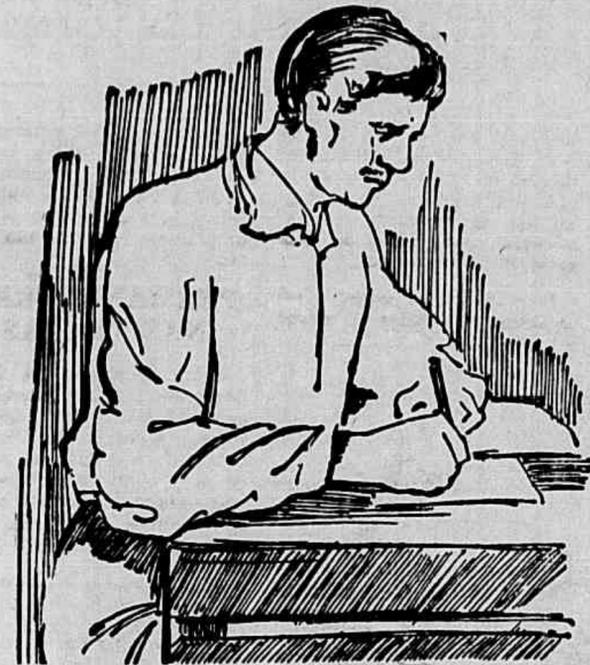
CORTADO O FORNECIMENTO DE LEITE NA KLABIN

Os operários da seção de prensa da empresa Klabin estão indignados com o corte do fornecimento de leite, numa atitude desrespeito tanto aos trabalhadores como à própria legislação trabalhista que determina este fornecimento.

Na seção de prensas a matéria prima é o coulin, substância tóxica. Por isso, os operários daquela seção têm, por lei, direito a tomar diariamente um litro de leite, fornecido pela empresa. Isto vinha se fazendo normalmente. Ultimamente porém, os patrões, por desprezo à vida e à saúde dos seus operários suspenderam arbitrariamente o fornecimento de leite.

Não satisfeita em ter suspenso o leite, a empresa vem cometendo outras arbitrariedades, que só fazem aumentar a indignação dos trabalhadores. A empresa vem suspendendo por 8 dias todo o premissista que deixar a máquina funcional sem massa. Tal coisa não depende de premissista. Todo mundo sabe que às vezes falta massa e por que o encetador de massas não dá vencimento ao trabalho. Quando isso acontece, o premissista é obrigado a sustentar a batida de máquina com seus próprios braços.

Os operários estão reivindicando a volta do fornecimento de leite e exigem um paradeiro para as suspensões injustas.



EM CURVELO

O QUE SE PASSA NA FÁBRICA «MARIA AMÁLIA»

Com a dispensa em massa de operários da «Fábrica Maria Amália», várias famílias ficarão sem teto. Os trabalhadores que moram em casas da referida fábrica, quando são dispensados, só recebem a indenização quando são entregues as chaves das mesmas. Como se pode ver, é uma verdadeira calamidade.

Segundo várias queixas da maior parte dos empregados, o Gerente trata os mesmos com brutalidade. Suspensão, nem se fala; por qualquer coisa o empregado é suspenso. Parece incrível, mas é a verdade: se um empregado faz qualquer reclamação, é chamado a atenção e, sem conversar qualquer coisa, já se sabe, suspensão ou rua.

Quanto ao horário, este é desrespeitado. Concedem apenas uma hora para o almoço. Do intervalo para o café para algumas turmas dão cinco minutos, para outras nem isso. Outra calamidade é o que se faz com menores. Estes, para receberem o salário mínimo para menores têm que fazer o serviço de um homem, se quiserem trabalhar. Apesar de tudo isso, o Gerente ainda não paga o salário mínimo. Bem poucos são os que ganham o salário míni-

mo (esta fábrica tem mais de dois mil empregados).

Quando um empregado tem necessidade de recorrer ao Sindicato local, fica «marcado» pelos patrões e também pelos «mão-de-pelica» que estão sempre à espreita de uma «isca» para acusar o pobre trabalhador.

Outra coisa absolutamente ilegal é forçar os empregados a assinarem a folha de pagamento, como se recebessem o salário integral, pagando-lhes apenas uma parte deste. Tudo o que acima ficou exposto pode-se provar, não falando em outras bandeiras que sempre se verificam na «Fábrica de Tecidos Maria Amália» em Curvelo.

CURVELO, 24 de agosto de 1957 — UM OPERÁRIO

ELEIÇÕES SINDICAIS EM PETROPOLIS

Nas eleições para a renovação dos quadros dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Petrópolis, realizadas em dias do mês de agosto passado, obteve uma retumbante vitória a Chapa n.º 1, encabeçada pelo sr. Acácio José da Câmara. De um total de 311 votos depositados nas urnas, 238 foram dados ao sr. Acácio José da Câmara e seus companheiros de chapa.

A Chapa encabeçada pelo sr. José Duarte Canellas obteve apenas 49 votos. Os restantes 24 votos foram em branco.

O resultado das eleições evidencia o reforçamento do sindicato e a confiança dos trabalhadores em seu órgão de classe.

A BATALHA DA DIFUSÃO

BEM que podemos fazer algumas perguntas aos nossos agentes. Estamos interessados, evidentemente, em que as remessas de jornais sejam pagas. Mas, também estamos interessados no aumento da sua difusão. Muito nos têm ajudado os pagamentos do interior e a manutenção, rigorosamente em dia, dos pagamentos dos agentes que recebem sua cota no balcão.

Agora, imaginamos que ajuda maior não será o aumento da difusão, mantendo na mesma proporção os pagamentos. O que se tem feito para o aumento crescente da difusão? As cotas são distribuídas logo que chegam? Como se faz a propaganda da VOZ entre os leitores certos e entre a massa?

Uma coisa devemos ter sempre em vista: não devemos perder nenhum leitor, mas esforços redobrados devem ser feitos para conquistar novos e novos leitores para o nosso jornal. Que se fez nesse sentido? Quais as experiências na difusão da VOZ?

Aguardamos respostas a essas perguntas e daremos publicidade às mais interessantes.

PAGAMENTOS ATÉ O DIA 4 DESTES MÊS

Efetuem pagamento à nossa matriz os seguintes agentes: Belo Horizonte, João Pessoa, Santos Dumont, Juiz de Fora (2 agentes), Macaé, Campo Grande, Dracena e a Sucursal de São Paulo.

SANTOS — Não receberam a encomenda da semana, referente ao n.º 429, e que nos causa dificuldades financeiras.

Podem restabelecidas as

remessas para Juiz de Fora, Santos Dumont e Dourados

Foram suspensas as cotas de Anápolis e Ponta Porã.

AUMENTO E DIMINUIÇÕES

No Distrito Federal e Estado do Rio, houve as seguintes alterações na venda (Balcão) do n.º 430:

Marítimos, mais 1% Light mais 12%; Estado do Rio 15%.

Niterói não pagou a cota do n.º 430.

No total, a difusão está inalterada no Distrito Federal.

A GREVE DOS METALÚRGICOS CARIOCAS — SUAS EXPERIÊNCIAS E SEUS RESULTADOS

A tática dos acordos separados revelou-se uma experiência positiva na luta em defesa de aumento salarial — Reforçou-se o sindicato e criaram-se novos conselhos sindicais — A importância da propaganda e da preparação cuidadosa do movimento

Entre os movimentos reivindicatórios do proletariado, destaca-se por sua importância e pelas características novas que apresentou, a recente greve dos metalúrgicos cariocas, que envolveu, numa impressionante unanimidade, cerca de 90 mil trabalhadores. Pretendemos, nesta reportagem, divulgar algumas das experiências novas que a luta grevista ofereceu, bem como alguns fatos ainda inéditos e de interesse geral para os demais trabalhadores brasileiros que se empenham hoje em lutas iguais por aumento de salários e pela revisão dos salários mínimos.

AGRAVAM-SE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES CARIOCAS

Mais de 80% dos trabalhadores do Distrito Federal percebem um salário inferior a Cr\$ 4.000,00 mensais. É o mesmo que dizer que ganham um salário de fome, pois o mínimo vigente já não basta, há muito tempo, para atender às necessidades vitais.

Por outro lado, aumenta a exploração patronal sobre os trabalhadores. Os contratos de trabalho são feitos apenas para duração de poucos meses, visando assim fugir ao pagamento das férias e da indenização. Impedem os patrões, por todos os meios, que o empregado complete 10 anos de casa, para burlar a lei da estabilidade.

Além disso, está aumentando o desemprego na indústria metalúrgica. Já no Distrito Federal um grande número de trabalhadores flutuantes. O número de mulheres e de menores, nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, continua aumentando, ao mesmo tempo que se agrava a discriminação contra as operárias, câmbadas.

Uma crescente super-exploração verifica-se ultimamente através da intensificação das cadências de trabalho e da automatização da maquinária. Esse fenômeno ocorre principalmente nas grandes empresas, particularmente nas norte-americanas (como a General Elétrica).

Essas foram as condições que prepararam a greve dos metalúrgicos cariocas, no mês de julho.

O importante da luta grevista foi que paralisaram praticamente todas as grandes empresas e isso foi um

fator determinante para a vitória. Foi sobretudo expressiva a paralisação da General Elétrica, da Fundação Federal, da Estamparia Vitória e muitas outras grandes empresas, fato esse que teve muito maior repercussão que a adesão somente de numerosas empresas pequenas.

Pela primeira vez, os elevadores foram paralisados no seu conjunto, em virtude da adesão total dos trabalhadores da Ois, Atlas e de outras empresas. Na Mecânica Gouvêa em Nova Iguaçu, o patrão era um militar e a fábrica estava guardada por metralhadoras — mesmo assim, os trabalhadores não se intimidaram e pararam completamente o serviço. As indústrias do Estado do Rio, embora distantes umas das outras, foram também paralisadas.

A TÁTICA DOS ACORDOS SEPARADOS

A diretoria do Sindicato, o Comando da Greve e a Comissão de Salários decidiram lançar a tática dos acordos em separado, empresa por empresa. E a prática revelou que isso foi justo. Dezenas de empresas, nos dois primeiros dias de greve, apresentaram-se a procurar o sindicato, propondo acordo.

Nos acordos em separado, visavam os trabalhadores tirar o máximo de vantagens pois confiavam pouco na justiça do trabalho. E assim, de todos os trabalhadores metalúrgicos, mecânicos e de material elétrico, 80% foi beneficiado por esses acordos. Graças a eles conseguiram ganhar uma parte dos dias

perdidos com a greve, ou mesmo o pagamento total dos dias de greve. Em outros casos, obtiveram apenas 50% dos mesmos.

No julgamento feito no Tribunal Regional do Trabalho, obtiveram os trabalhadores que fosse fixado o mínimo de aumento salarial e a não exclusão dos menores e dos trabalhadores estáveis.

Uma importante vitória política dos metalúrgicos cariocas, constituiu a declaração do diretor do DNT e do próprio chefe de polícia, quanto à legalidade da greve. O Ministério do Trabalho chegou a pensar na intervenção no

A GREVE DOS METALÚRGICOS CARIOCAS

Na madrugada do dia primeiro de julho, cruzaram os braços 70% dos metalúrgicos cariocas e no dia seguinte, a percentagem já atingia a 90%. Em nota publicada na imprensa e dirigida ao povo, os



Aspecto da assembléia que determinou a última greve

sindicato, falou-se em dispensa de trabalhadores estáveis, mas os trabalhadores impediram na prática que isso fosse consumado.

rolar do movimento paralisado e constituíram um fator determinante para o êxito da luta. Os piquetes responsáveis pela paralisação da General Elétrica (a maior empresa metalúrgica do D.F.),



Concentração de metalúrgicos durante a última greve, no Distrito Federal

trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de energia elétrica convidavam os patrões a firmar acordos separados, por empresa, comprometendo-se a voltar ao trabalho, tão cedo fosse assinado o acordo.

As «Comissões de esclarecimento», que realizaram o trabalho dos piquetes de greve, tiveram importante atuação durante todo o desen-

conseguiam, graças a um trabalho intenso, paralizá-la totalmente.

Diretores do sindicato, dentro das próprias empresas paralisadas, dirigiam assembléias para discutir com os operários os acordos propostos pelos patrões, através do sindicato. Nas fábricas «Rohas Metálicas» e «Remington Rand», por exemplo, os dirigentes sindicais demoraram-se mais de duas horas, em conversa com os trabalhadores. É interessante destacar que o diretor desta última é o próprio presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico.

Também as delegacias sindicais, localizadas nos bairros de concentração das fábricas mais importantes ajudaram bastante no movimento grevista dos metalúrgicos. Na porta da delegacia sindical situada junto à G. E. que se realizou o comício e a concentração dos trabalhadores. As operárias da Standard Elétrica (uma das maiores empresas do D. F.) fizeram parar o trabalho na empresa, e se dirigiram depois para a delegacia sindical, para dançar e festejar a vitória do trabalho de seu piquete.

No Estado do Rio, onde a greve também foi deflagrada, ambiente reinante era de entusiasmo igual ao do Distrito Federal e naquela região os trabalhadores metalúrgicos alcançaram expressiva vitória.

A PREPARAÇÃO CUIDADOSA E A PROPAGANDA

Vinte e duas assembléias foram realizadas nos locais de trabalho, durante a fase de preparação da greve. Durante três meses, foi a campanha preparada pelos metalúrgicos, até a deflagração da greve de 1º de julho.

O «Comando da Greve» e a «Comissão de Greve», realizaram nesse período mais de duas dezenas de reuniões. Também no Estado do Rio, realizaram-se inúmeras assembléias e reuniões. As reuniões específicas de fábricas — como a da General Elétrica — contribuíram de maneira particular para a vitória final do movimento.

Por outro lado, a propaganda intensa entre os trabalhadores e o esclarecimento à população carioca, visando obter o seu apoio, foram intensos. Mais de meio milhão de volantes foram distribuídos nas empresas, bem como igual número de manifestos e grande quantidade de cartazes.

Durante a campanha saíram três edições do jornal do Sindicato. Pelas Empresas, foram distribuídos vários carros com alto-falantes que percorreram a quase totalidade das fábricas, concitando os trabalhadores à paralisação.

A imprensa carioca, como a fluminense, em virtude da justiça da reivindicação plei-

teada, deram seu apoio ao movimento e não houve uma só voz discordante.

Durante o desenvolvimento da luta salarial, foram realizadas três mesas-redondas no DRT, diretamente e com representantes dos patrões, além de uma reunião de conciliação e finalmente, o julgamento, que consagrou a concessão do aumento de salários.

A Importância da Solidariedade

É preciso destacar a ampla solidariedade que receberam os trabalhadores metalúrgicos, de quase todos os sindicatos operários, dos mais diversos cantos do país. A CNTI, o poderoso Pacto de Unidade Inter-sindical de S. Paulo, a União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos e a Federação Sindical Mundial, enviaram aos grevistas mensagens de apoio.

Mas a solidariedade traduziu-se também em doativos em dinheiro. Listas foram distribuídas pelas empresas, chegando a recolher algumas delas, até 12 mil cruzeiros. Refeições foram fornecidas a grande parte dos grevistas, o que contribuiu para amenizar as dificuldades financeiras em que já se encontravam.

E no trabalho de esclarecimento desenvolvido junto às empresas, foi possível organizar 4 novos conselhos sindicais, um dos quais numa empresa de mais de mil trabalhadores.

Os jovens e as mulheres, nesse trabalho de solidariedade, desempenharam importante papel. Embora pequeno o número dos que participaram ativamente nos trabalhos preparatórios, foi enorme o entusiasmo dos jovens — muitos deles conseguiram paralisar totalmente empresas em que um dia antes trabalhavam ainda 93 por cento dos operários.

A GREVE FOI UM MAGNÍFICO EXEMPLO DE UNIDADE

A greve dos trabalhadores metalúrgicos constituiu uma demonstração magnífica de unidade e combatividade. Durante os vários dias em que se prolongou, transformou-se a greve no centro dos acontecimentos da cidade. A imprensa falada e escrita dedicaram-lhe grande parte de seus noticiários e a capital do país acompanhou com interesse os entendimentos que se iam processando.

Empenham-se atualmente os trabalhadores brasileiros em novos embates em defesa de suas reivindicações imediatas, do direito de greve e da liberdade sindical em defesa do direito de organização e das liberdades democráticas.

Da firmeza e a decisão dos trabalhadores dependerá o êxito de suas lutas e a conquista de novas e importantes vitórias.



Aspecto de uma das assembléias dos Trabalhadores Metalúrgicos no sede do seu Sindicato